



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021

*Revisão do Plano Diretor
Participativo Urbano e Rural 2007*



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

JOÃO CARLOS ORTEGA Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

JOÃO CARLOS ORTEGA Superintendente

ALVARO JOSÉ CABRINI JUNIOR Superintendente Executivo

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

CAMILA MILEKE SCUCATO Diretora de Operações

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de ER, RMC e Litoral

RAFAEL DA SILVA SCHIAVINATO Coordenador ER Cascavel

CELSO CARLOS CAROLLO SILVESTRI Coordenador ER Guarapuava

ANDRÉ COTRIN ABDO Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

Prefeito

2020 - RICARDO ENDRIGO

2021 - ANTÔNIO FRANÇA BENJAMIM

Vice Prefeito

2020 - JOSÉ VANI GRASSI

2021 - EVANDRO ROHLING MEES

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Plano Diretor Municipal de Medianeira 2021

*Revisão do Plano Diretor
Participativo Urbano e Rural 2007*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 145/2019

REF.: TOMADA DE PREÇOS NA MODALIDADE TÉCNICA E PREÇO Nº 06/2019

Novembro / 2021



APRESENTAÇÃO

Este documento contempla a Síntese da Análise Temática Integrada da revisão do Plano Diretor Participativo Urbano e Rural de Medianeira PDUR de 2007. Os serviços prestados decorrem do Contrato de Prestação de Serviços nº 145/2019, celebrado entre a empresa Tese Tecnologia Arquitetura e Cultura Ltda. e a Prefeitura Municipal de Medianeira. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Tomada de Preços na modalidade Técnica e Preço nº 06/2019, referente à contratação de empresa especializada para a Revisão do Plano Diretor de Medianeira.



SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE TABELAS	6
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS	7
1. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	12
1.1. ASPECTOS AMBIENTAIS	13
1.2. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	16
1.2.1. Uso e Ocupação do Solo	16
1.2.2. Equipamentos Comunitários	22
1.2.3. Infraestrutura de Energia Elétrica e Saneamento	26
1.2.4. Infraestrutura Viária - Mobilidade e Acessibilidade	28
1.3. ASPECTOS ECONÔMICOS	31
1.3.1. Crescimento Populacional e Demografia	31
1.3.2. Emprego e Renda	32
1.3.3. Potencial Turístico	32
1.3.4. Distribuição do PIB e Índice FIRJAN	33
1.3.5. Capacidade de Endividamento	34
1.3.6. Gestão Fiscal e Finanças Públicas	35
1.4. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	36
2. SÍNTESE DA LEITURA COMUNITÁRIA	37
REFERÊNCIAS	53



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: SÍNTESE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS.....	14
FIGURA 2: SÍNTESE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	18
FIGURA 3: SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS CAPACIDADES DE SUPORTE.....	21
FIGURA 4: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	22
FIGURA 5: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO.....	23
FIGURA 6: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER, RECREAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.....	24
FIGURA 7: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	26
FIGURA 8: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	27
FIGURA 9: GRÁFICO DA SÍNTESE DO PANORAMA GERAL DE SANEAMENTO	28
FIGURA 10: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA – MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.....	30
FIGURA 11: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA - PAVIMENTAÇÃO.....	30
FIGURA 12: GRÁFICO DA DINÂMICA POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA	31
FIGURA 13: ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017 .	32
FIGURA 14: SÍNTESE DA DO POTENCIAL TURÍSTICO DE MEDIANEIRA	33
FIGURA 15: GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETOR ECONÔMICO (2000 A 2017)	34
FIGURA 16: ESQUEMA DA DINÂMICA DE GRUPO DAS OFICINAS	37

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1: DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E COMPONENTES ANALISADOS.....	12
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: MATRIZ AVALIATIVA DA CAPACIDADE DE SUPORTE ANTRÓPICO DOS BAIROS DA SEDE URBANA.....	19
TABELA 2: MATRIZ AVALIATIVA DAS ÁREAS CONTÍGUAS À MALHA URBANA CONSOLIDADA	20



RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

CONSULTORIA CONTRATADA

TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA

COORDENAÇÃO

MIRNA CORTOPASSI LOBO Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2

COORDENAÇÃO TÉCNICA

VANESSA BOSCARO FERNANDES Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

MIRNA CORTOPASSI LOBO Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2
SANDRA MAYUMI NAKAMURA Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1
DIOGO CORTOPASSI LOBO Engenheiro Civil CREA/PR 53933/D
LIDIA SAYOKO TANAKA Engenheira Ambiental CREA/PR 87131/D
FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA Geógrafo, CREA/PR 27916/D
ANA PAULA WOSNIAK Geóloga, CREA/PR 30050/D
JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT Economista, CORECON/PR 5954
BRUNO DESCHAMPS MEIRINHO Advogado, OAB/PR 48641
DENISON BARCIK ALVES Administrador CRA/PR 20-31109
ANA MARIA LORICI SANTIN Cientista Social
SAMIRA DE ARAUJO BOAZA Assistente Social CRESS/PR 5452

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

CAROLINE NAYARA RECH Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3
GABRIELA GROSSI F. DE PELLEGRINI Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2
BRUNO RUCHINSKI DE SOUZA Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D
VANESSA BOSCARO FERNANDES Arquiteta e Urbanista CAU A37721-0
CRISTINA HARUMI WASHIMI Arquiteta e Urbanista CAU 275790-7

EQUIPE DE APOIO

HELLEN CHAIANE DOS SANTOS Administrativo / Financeiro
ALBERTO LOPES DAL'OSTO Administrativo / Logística



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2020

Instituída pelo **DECRETO Nº 087/2020**, de 05 de março de 2020

COORDENAÇÃO

CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PATRIMÔNIO

ERCI BALDISSERA Gestor de Negócios
ADRIANA MEOTTI Profissional em Processos Gerenciais
ALBERTO DELA JUSTINA Negociador Imobiliário, CRECI-PR F24279
CANDIDA FACHINETTO PAZ Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0
CARLA OTT Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
CARLOS DIAS ALVES Economista, CORECON/PR 5.595/6
DEVANI AMORIM LOPES Técnica Ambiental
MARCOS GIOVANI RIGOTTI Tecnólogo em eletromecânica
MARIA JAQUELINA STEINBACH Administradora
MICHELLE SEBEN Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN Assistente Social, CRESs/PR 6602
VANIA RAQUEL FURMANN MOREIRA Bacharel em Direito
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO Gestor Público
MAURO ALVES PINTO Coronel da Reserva da Polícia Militar do Paraná
FRANCIELE BADO Jornalista, MTB 0011240/PR
JOSÉ ROBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA Publicitário e profissional de marketing
ALVARO ALLAN ZANELLA Bacharel em Direito
MARINÉS PIRES FAQUIM Profissional em Processos Gerenciais

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDUARDO BARATTO Engenheiro Civil, CREA-PR 86.819/D
WALTER RICARDO SCHUELER Engenheiro Civil, CREA-PR 135.896/D

PROCURADORIA

MARCELO OSCAR KUSMIRSKI Advogado, OAB/PR 31.477
MIRNA LOI SCHIZZI Advogada, OAB/PR 6331
SERGIO AUQUSTO MITTMANN Advogado, OAB/PR 040021
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR Advogado, OAB/PR 28214
STELLA CRISTINA BRANDENBURG Advogada, OAB/PR 046818

SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO

DILVO JOSÉ BERNARDON Técnico em Contabilidade
GREISE LEONHARDT Técnica em Gerenciamento Ambiental
PERCY MARCOS MARCOLLA Técnica Ambiental

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA Contadora
KATHIERE DE OLIVEIRA Nível Médio
PAULO RICARDO SCHNEIDER Gestor Comercial



SECRETARIA DE FINANÇAS

CARLOS ALBERTO CAOVI
ADILSON FERREIRA GOMES
CARLOS EDUARDO FRANZES

Contador, CRC/PR 018257/0-0
Gestor Empresarial
Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da
Computação
Gestor Público
Gestora Pública e Contadora, CRC/PR 043498-0

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CLAIR TEREZINHA RUGERI
MARIA HELENA BARP
TELMO LUIZ DE MARQUE

Bacharel em Letras
Pedagoga
Nível médio

SECRETARIA DA SAÚDE

DAYSE ANA ALBERTON CAVALLERI
RENATA BERTA ALÉSSIO
LUCIANO FRANCIELI MARSARO
DIONIR MACIEL PEDROZO
SEBASTIÃO MARCOLINO DA SILVA

Administradora
Enfermeira, COREN 222113
Administrador Hospitalar, CRA/PR 15.540
Técnico em Segurança do Trabalho, TEM/PR 4396-6
Técnico em Enfermagem e Gestão Pública

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DELDIR BERTA ALÉSSIO
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO
JOYCE GRACIELLE CHIES BILSKI

Bacharel em Ciências
Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região
Gestora Ambiental

SECRETARIA DE ESPORTES

JOSELITO MUNIZ DOS SANTOS
JOÃO ALEXANDRE HENTZ

Educador Físico
Administrador, CRA/PR 20-20199

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 311/2021**, de 18 de junho de 2021

COORDENAÇÃO

CARLA OTT
MICHELLE SEBEN

Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

SOLANGE APARECIDA DE LIMA
ADIRLENE APARECIDA MOURA HORONZI
ADRIANA MEOTTI
BEATRIZ REGINA FIEBIG
CANDIDA FACHINETTO PAZ
CARLA OTT
DINAMAR SIRLEI ARAÚJO MAZZUCCO

Secretária de Administração e Planejamento
Chefe de Departamento Executivo
Profissional em Processos Gerenciais
Arquiteta e Urbanista, CAU A179737-9
Arquiteta e Urbanista, CAU A49223-0
Arquiteta e Urbanista, CAU A16956-0
Gestor Público



EDNA MARIA JULIÃO	Gestora Pública
MARCOS GIOVANI RIGOTTI	Tecnólogo em eletromecânica
MARIA JAQUELINA STEINBACH	Administradora
MICHELLE SEBEN	Arquiteta e Urbanista, CAU A41010-1
ROSELI SPIELMANN	Assistente Social, CRESs/PR 6602
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ISAIAS FRANÇA BENJAMIM	Secretário de Obras e Serviços Públicos
IGOR EDUARDO GRANDE	Engenheiro Civil, CREA-PR 101329/D
KAIO CESAR RAMOS MACIEL	Engenheiro Civil, CREA-PR 175142/D
PROCURADORIA	
ANTONIO HENRIQUE MARSARO JUNIOR	Advogado, OAB/PR 28214
VITOR EDUARDO FROSI	Procurador Geral - Advogado, OAB/PR 36904
SECRETARIA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E ABASTECIMENTO	
SEBASTIÃO ANTONIO	Secretário de Agricultura Sustentável e Abastecimento
EDUARDO ZIGLIOLI	Eng. Ambiental e Mestrado Téc. Ambiental.
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
MARCIA HANZEN	Secretária de Desenvolvimento Econômico
SIMONE MATTOS	Administradora
SECRETARIA DE FINANÇAS	
MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO	Secretária de Finanças
CARLOS EDUARDO FRANZES	Auditor - Bacharel em Direito e Ciência da Computação
CLEITON LUIZ WELTER	Ciências Contábeis
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
CLAIR TEREZINHA RUGERI	Secretária de Educação
FRANCIELE PEREGO GARCIA	Professora - Mestrado Educação Matemática
SECRETARIA DA SAÚDE	
ROSANGELA FIAMETTI ZANCHETT	Secretária de Saúde
LUCIANA FRANCIELI MARSARO	Administradora Hospitalar, CRA/PR 15.540
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
ADRIANO BOTH	Secretário de Assistência Social
CHRISTIANE ZANETTE MONDARDO	Assistente Social, CRESs 5938 - 11ª Região
SECRETARIA DE ESPORTES	
VOLMIR ANTONIO BEGNINI	Secretário de Esportes

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2020

Instituído pelo **DECRETO Nº 516/2019**, de 17 de dezembro de 2019

PRESIDENTE

ERCI BALDISSERA

Secretário de Administração e Planejamento



REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

ERCI BALDISSERA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual - Emater
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual - Sanepar
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do Segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do Segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante da Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos Movimentos Populares

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – CMP 2021

Instituída pelo **DECRETO Nº 302/2021**, de 14 de junho de 2021

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL

SOLANGE APARECIDA DE LIMA	Representante do Poder Público Municipal
CARLA OTT	Representante do Poder Público Municipal
ALCEDIR BIESDORF	Representantes do Poder Público Estadual
SIMONE RODRIGUES AQUINO	Representantes do Poder Público Estadual
ANDERSON VOGELMANN	Representante da Câmara Municipal
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL	
ADEMIR PEREIRA DA SILVA	Representante do segmento Empresarial
LUIZ DA ROSA	Representante do segmento dos Trabalhadores
DORVALINO ABATTI	Representante da Associação de Moradores de Área Urbana
OTACILIO JOSE VIAPIANA	Representante de Associação de Moradores da Área Rural
SILVANA TEREZINHA CARNEIRO	Representante dos movimentos populares

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

MARISTELA DE PAULA MULLER
Analista de Desenvolvimento Municipal

1. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A presente síntese da análise temática integrada está pautada nas quatro dimensões da sustentabilidade, quais sejam: **AMBIENTAL**, **SOCIAL**, **ECONÔMICA** e **INSTITUCIONAL**, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹, detalhada no próximo produto.

O **QUADRO 1** abaixo, demonstra os componentes-síntese analisados sistematicamente para cada dimensão da sustentabilidade.

QUADRO 1: DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E COMPONENTES ANALISADOS

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	COMPONENTES- SÍNTESE ANALISADOS
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none">▪ Áreas Aptas, Aptas com Restrições e Inaptas (Áreas de Preservação Permanente, Declividades acima de 30%, áreas verdes significativas e unidades de conservação, Unidades de Terreno (MINEROPAR, 2004) e microbacias de abastecimento público de água.
SOCIOESPACIAL	<ul style="list-style-type: none">▪ uso e ocupação do solo (usos, terrenos vazios, ocupações irregulares e localização do aterro sanitário);▪ equipamentos comunitários (educação, saúde, cultura, esporte e lazer);▪ infraestrutura de energia elétrica e saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos);▪ infraestrutura viária (mobilidade, acessibilidade e arruamento/pavimentação).
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none">▪ crescimento populacional e demografia;▪ emprego e renda▪ distribuição do PIB e índice FIRJAN;▪ capacidade de endividamento;▪ gestão fiscal e finanças públicas.
INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none">▪ conselhos municipais.

¹ Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável consiste em um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, para ser alcançado até 2030, propondo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas (CNM, 2016). Foi oficialmente elaborada por 193 Estados-membros das Nações Unidas, em setembro de 2015, durante a Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável.

1.1. ASPECTOS AMBIENTAIS

A análise dos Aspectos Ambientais foi embasada no cruzamento das principais restrições ambientais incidentes sobre a área municipal e urbana do município de Medianeira, tais como: áreas verdes significativas e de preservação permanente (APPs); altas declividades; Unidades de Terreno (MINEROPAR, 2004); localização do aterro sanitário e microbacias de abastecimento público de água, compiladas por meio de um mapa síntese, cuja sobreposição e cruzamento dos dados por geoprocessamento, resultou nas: **Áreas aptas, Áreas aptas com restrições e Áreas inaptas** ao uso e ocupação humana (**FIGURA 1**), explicitadas no Produto 2.4 (*Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos*).

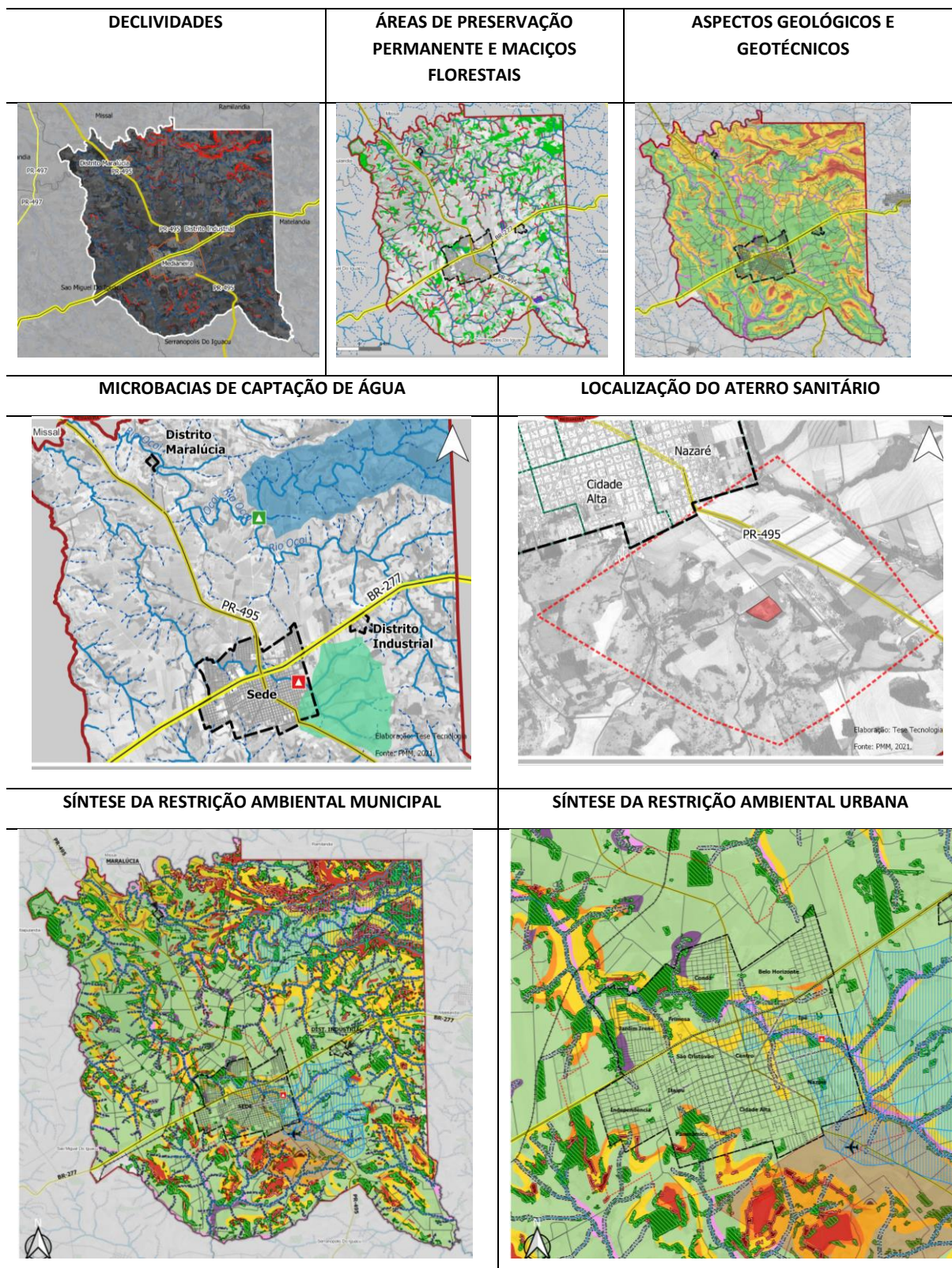
Medianeira apresenta um território de solos férteis com boa aptidão agrícola, evidenciando-se extensas áreas de lavouras e pecuária, exceção para a porção norte do município, em que as terras não são agricultáveis. Há poucas extensões com elevadas declividades, as quais estão concentradas na porção nordeste do município e em menor magnitude na porção sul do município.

As porções territoriais “aptas ao uso e ocupação antrópica” concentram-se principalmente na porção central do território. Dentro do perímetro da sede urbana grande parte do território está apto ao uso e ocupação antrópica, da mesma forma que para os distritos de Maralúcia e Industrial.

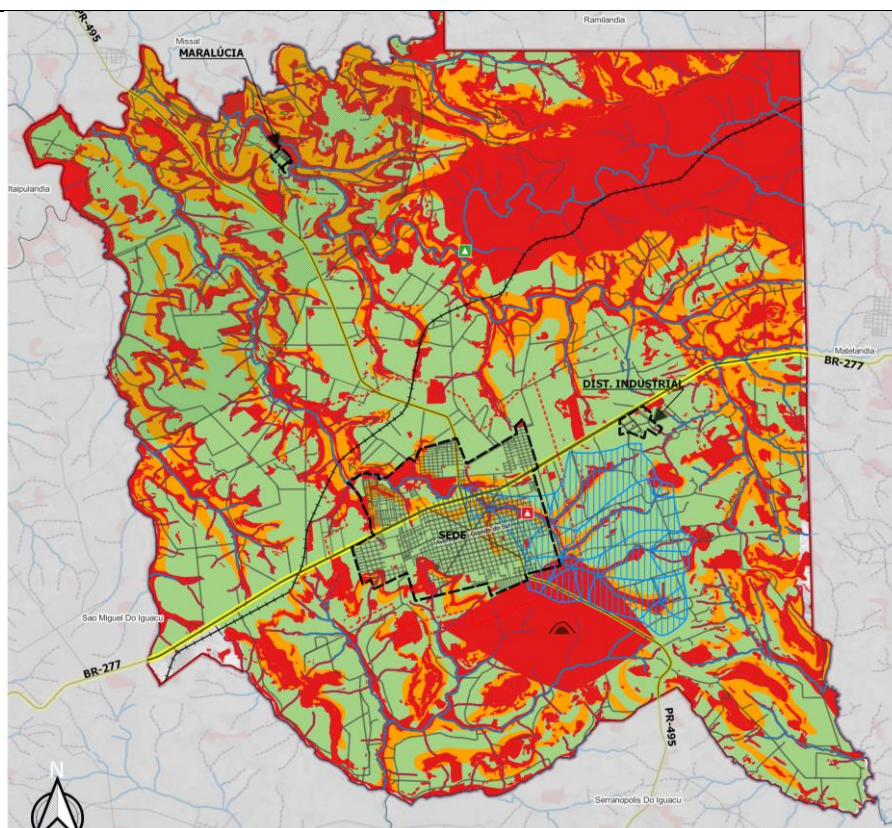
As áreas “inaptas” municipais ocorrem na porção norte, nordeste e mais esparsas ao sul, configurando-se na maior parte em maciços florestais significativos, como as áreas de interesse de conservação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (mais relevantes na porção nordeste do município e norte da sede urbana) e áreas de elevadas declividades com suscetibilidade a movimentos de massa e escorregamentos. Na sede urbana, as áreas inaptas concentram-se em grande parte na porção sul e sudeste, em função da localização do aterro sanitário e da microbacia de captação para abastecimento público de água do Rio Alegria (cuja desativação da captação superficial está prevista para o ano de 2024, quando nova captação entrará em operação no rio Ouro Verde, conforme dados as SANEPAR (2021). De modo específico à localização do aterro sanitário, de acordo com a Resolução CEMA n. 94/2014 (PARANÁ, 2014), deve estar a uma distância mínima de 1.500 (mil e quinhentos) metros de núcleos populacionais, a partir do perímetro de sua área. Quando de sua desativação e encerramento, cuja vida útil projetada e licenciada é de 15 anos, o zoneamento desta porção deverá ser revisto, tratando-se de área nobre para futuras ocupações, o que denota a importância de sua fiscalização, de modo a evitar ocupações irregulares.

As áreas classificadas como “aptas com restrições” encontram-se especialmente no bairro Jardim Irene, partes dos bairros Frimesa, Condá e Centro (ao longo da Avenida Veranópolis). Apesar de já estarem ocupadas por edificações residenciais e até industriais, de acordo com MINEROPAR (2004), o nível freático é sub-aflorante, com suscetibilidade a enchentes e inundações, além dos solos apresentarem baixa capacidade de suporte de carga.

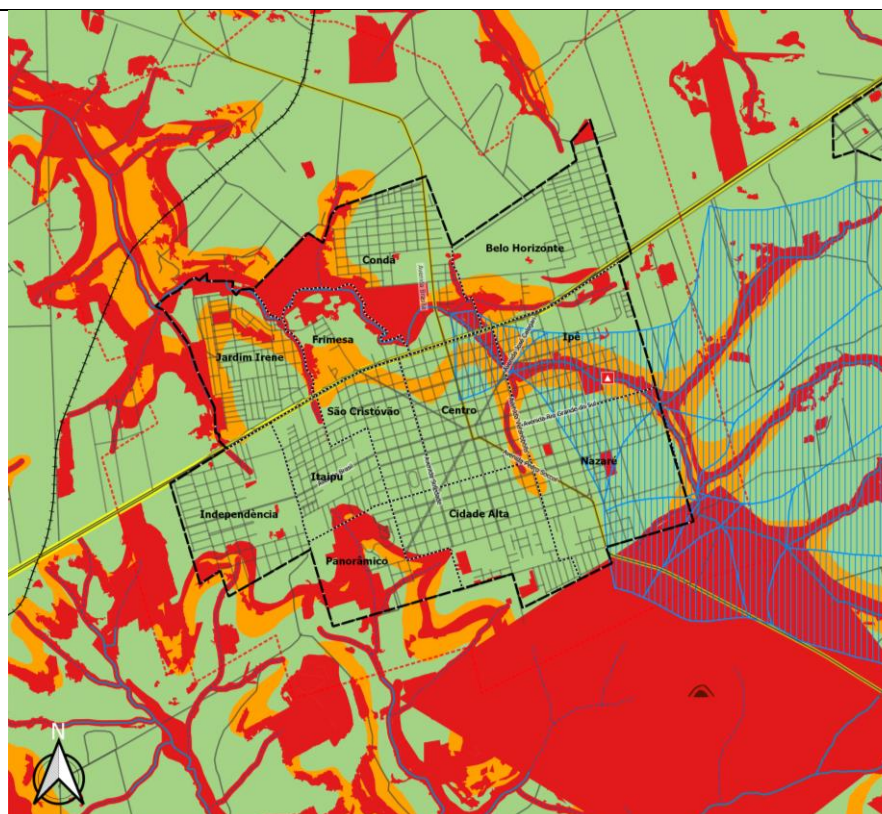
FIGURA 1: SÍNTESE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS



APTIDÃO AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA MUNICIPAL



APTIDÃO AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICA – SEDE URBANA



Fonte: Compilado por Tese Tecnologia de diversas fontes

1.2. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

Os Aspectos Socioespaciais foram sintetizados a partir de dados relativos ao uso e ocupação do solo (usos, áreas consolidadas, parcelamentos do solo e ocupações irregulares); equipamentos comunitários (educação, saúde, cultura, esporte e lazer); infraestrutura de energia elétrica e saneamento (água, esgoto e coleta de resíduos sólidos) e de infraestrutura viária (mobilidade, acessibilidade e pavimentação).

1.2.1. Uso e Ocupação do Solo

O **uso e ocupação do solo** de Medianeira, apresentado no Produto 2.5 (*Uso e Ocupação Atual do Solo*) é configurado, de maneira geral por edificações residenciais unifamiliares e de até 04 pavimentos, havendo um núcleo central bastante consolidado (quadrilátero central). Os primeiros parcelamentos se deram nas décadas de 70 e 80, sendo que as primeiras regulamentações legais e exigências para aprovação de loteamentos se deram a partir de 1992-1994. Os loteamentos atuais, após o ano de 2010, demonstraram tendência de crescimento da sede urbana para as porções norte (bairros Condá e Belo Horizonte), noroeste (bairro Jardim Irene), em menor escala para o sul (bairro Cidade Alta) e as últimas aprovações a leste. Ao longo dos anos, o planejamento urbano passou por certas dificuldades, tais como a impossibilidade de continuidade do traçado ortogonal, como por exemplo pela delimitação de propriedades adjacentes, barreiras naturais e físicas, transposição de rodovia federal, que intercepta transversalmente toda a sede urbana, dentre outros, que levou a descontinuidades viárias e de infraestrutura instalada, além do surgimento de novos vazios urbanos em locais distantes daqueles já consolidados.

Com relação à Lei de Uso e Ocupação do Solo verifica-se a divisão da sede urbana em zonas de acordo com os adensamentos pretendidos, sendo necessária em sua revisão a otimização das ocupações das áreas urbanas, especialmente dos vazios urbanos ociosos, desde que aptos à ocupação. As Áreas de Preservação Permanente (APPs), bem como demais áreas verdes e parques urbanos estão consideradas no zoneamento vigente, entretanto, merecem ampliações, fiscalizações pelo poder público e ações específicas que propiciem sua preservação e conservação. Ainda, necessita-se de previsão no zoneamento de áreas específicas para Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) futuras, como novas áreas de produção de moradia de interesse social, a fim de suprir a demanda estimada de déficit habitacional.

Quanto ao Distrito Industrial, este não apresenta capacidade de suporte para instalação de novos empreendimentos industriais, visto a saturação ou subutilização de áreas. Há problemas de uso, decorrentes de recentemente ocupação por empresas de reciclagem, muitas das quais irregulares. Um dos poucos lotes vazios encontra-se na porção sudeste do perímetro, porém há impedimentos ambientais como a existência de drenagem hídrica e

nascente, sendo plausível a indicação de ampliação de seus limites. Situação facilitada por seu entorno imediato apresentar áreas aptas ao uso e ocupação, sem restrições físico-ambientais. Para o Distrito de Maralúcia, apesar do crescimento populacional previsto para 2030 ser inexpressivo, há necessidade de adequações de seu uso e ocupação, de modo a otimizar a ocupação dos vazios urbanos existentes, bem como promover a alavancagem do potencial turístico, tanto do distrito quanto de seu entorno, evidenciado principalmente pela beleza cênica da paisagem natural, acidentes geográficos, cachoeiras, locais de banho, além da intensa rede hídrica que conforma percursos de rios com cachoeiras, destacando-se os rios Ocoy, Ouro Verde, Feijão Verde, dentre outros. Local que se torna bastante atrativo para a implantação de empreendimentos voltados a atividades turísticas, como pousadas, restaurantes rurais, campings e chácaras de descanso, desde que estruturado para tal.

Os **vazios urbanos** da sede de Medianeira (detalhados no Produto 2.8 *Expansão urbana x capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos*), referem-se a lotes esparsos na malha urbana consolidada, além de grandes glebas periféricas a esta malha consolidada, estando a maior parte sobre o zoneamento residencial de baixa densidade (ZRBD). Para a análise dos lotes esparsos procedeu-se à verificação da situação dos imóveis (lotes), com base no cadastro do IPTU de imóveis territoriais, os quais somaram cerca de 2.600 lotes vazios. Já para as grandes glebas vazias realizou-se a estimativa de áreas que resultou na capacidade aproximada de cerca 2.400 lotes vazios. Assim, concluiu-se que a sede urbana de Medianeira apresenta um total de cerca de 5.000 lotes vazios.

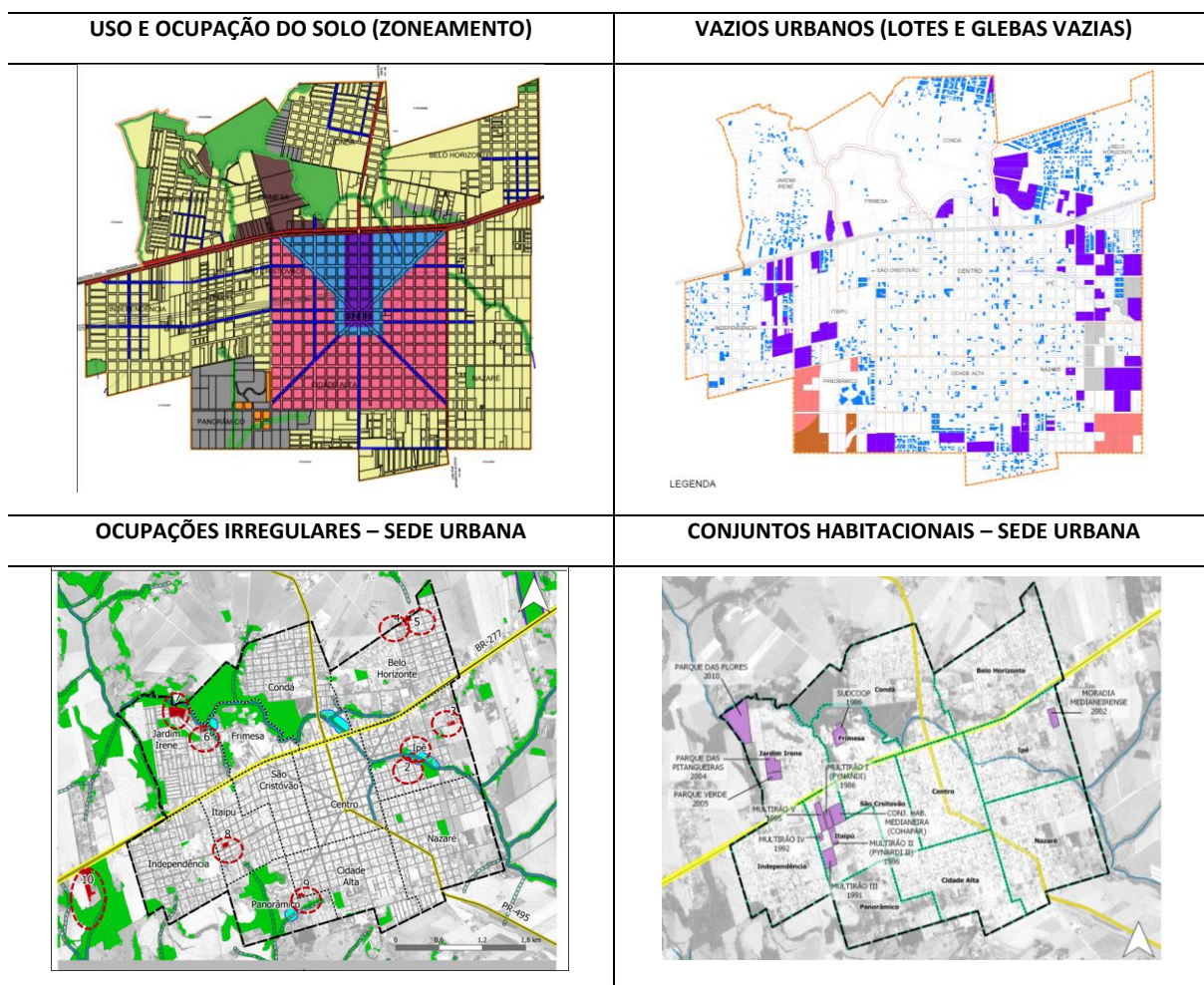


Considerando a população urbana atual de 68.104 habitantes e 18.430 domicílios urbanos (a partir de recente levantamento populacional, com base em dados da SANEPAR, CAGED e população migratória - PMM, 2021), e sua projeção para um horizonte de 10 anos, até 2031, considerando a taxa de crescimento populacional de 4,53% a.a. (PMM, 2021), tem-se a população estimada de 106.074 habitantes e 33.148 domicílios urbanos. Verifica-se assim, um aumento estimado de 37.970 pessoas e cerca de 11.865 domicílios ao longo desses 10 anos. Portanto, havendo necessidade de grande incremento de áreas para atender à população projetada, sendo aconselhável considerar a ampliação do Perímetro Urbano em certas porções, além da revisão dos parâmetros construtivos, visando o adensamento de áreas que já dispõem de infraestruturas e serviços próximos.

As **condições de moradia** da sede urbana de Medianeira predominantes, detalhadas no Produto 2.9 (*Condições gerais de moradia e fundiárias*), são de edificações unifamiliares residenciais do tipo “casa” (77,64%) em alvenaria e em boas condições de habitabilidade. No entanto, cerca de 4,5% dos domicílios urbanos estão em condições de inabitabilidade, ou seja, precariedade na condição da moradia e no atendimento por infraestruturas e serviços. Estes referem-se a ocupações irregulares (invasões) que somam um total de 617 domicílios urbanos, em 09 (nove) áreas de ocupações irregulares, isto é de invasões (Ipezinho; Área institucional Loteamento Santa Inês; Loteamento Moradias Medianeirenses; Vila Operária; Jardim Novo Horizonte; Vila Alegria; Vila Parma; Jardim da Luz e Final da Cidade Alta). Também há uma área rural com invasão, distante cerca de 600 metros do perímetro urbano, composta por 160 domicílios, denominada de Pedreira - Linha Bom Jesus.

Com relação aos programas habitacionais do município, os primeiros conjuntos habitacionais surgiram no ano de 1986, sendo o último deles realizado no ano de 2015. Há um total de 11 empreendimentos habitacionais, com 931 unidades construídas (PMM, 2021). Atualmente estão sendo construídos mais 20 unidades no bairro Jardim Irene, por meio de uma parceria com a Itaipu Binacional (COHAPAR, 2019).

FIGURA 2: SÍNTESE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Fonte: TESE Tecnologia, 2021, com base em Prefeitura Municipal, 2021.

No Produto 2.7 (*Uso e ocupação do solo atual x capacidades de suporte ambiental e de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos*), foi abordada a **Capacidade de Suporte Antrópico** referindo-se às condições necessárias para o suporte territorial sustentável do desenvolvimento social, econômico e ambiental. Procedeu-se a uma metodologia específica que resultou na elaboração de uma matriz quali-quantitativa, através do agrupamento de dados e ponderações, de índices e classes avaliativas. Foram 05 (cinco) classes analisadas para cada tema e aferido um peso, sendo o peso 5 a maior pontuação (para a melhor situação avaliada) e o peso 1 a menor pontuação (para a pior situação avaliada). Diante do resultado da matriz foi possível concluir que o bairro Centro foi o que apresentou a maior capacidade de suporte para o uso antrópico, seguido pelos bairros Belo Horizonte e Nazaré, Cidade Alta, Ipê, Jardim Irene e São Cristóvão. Já o bairro com a menor capacidade de suporte antrópico foi o bairro Panorâmico, em função de suas barreiras naturais e poucas infraestruturas e equipamentos instalados, sendo seguido pelos bairros Itaipu e Condá. Este cenário permitiu concluir que os últimos bairros citados foram os que apresentaram maior necessidade de gestão e investimentos públicos voltados a implementações e realização de melhorias de infraestruturas de saneamento, viárias e de equipamentos comunitários.

TABELA 1: MATRIZ AVALIATIVA DA CAPACIDADE DE SUPORTE ANTRÓPICO DOS BAIRROS DA SEDE URBANA

MATRIZ AVALIATIVA - CAPACIDADE DE SUPORTE ANTRÓPICO		EQUIPAMENTOS EDUCAÇÃO	EQUIPAMENTOS SAÚDE	REDE DE ÁGUA	REDE DE ESGOTO	COLETA RESÍDUOS	ARRAUMENTO	VAZIOS URBANOS	APTIDÃO ANTRÓPICA	TOTAL
BAIRROS	BELO HORIZONTE	5	5	5	2	5	4	5	3	34
	CENTRO	5	5	5	5	5	5	1	4	35
	CIDADE ALTA	3	5	5	3	5	4	3	4	32
	CONDÁ	5	5	5	2	5	4	3	2	31
	INDEPENDÊNCIA	5	5	5	1	5	4	3	3	31
	IPÊ	3	5	5	3	5	4	5	2	32
	JARDIM IRENE	5	5	5	1	5	5	3	3	32
	ITAIPU	4	5	5	1	5	4	1	4	29
	NAZARÉ	4	5	5	3	5	3	5	4	34
	PANORÂMICO	3	5	5	1	5	2	3	1	25
	SÃO CRISTÓVÃO	3	5	5	4	5	5	1	4	32

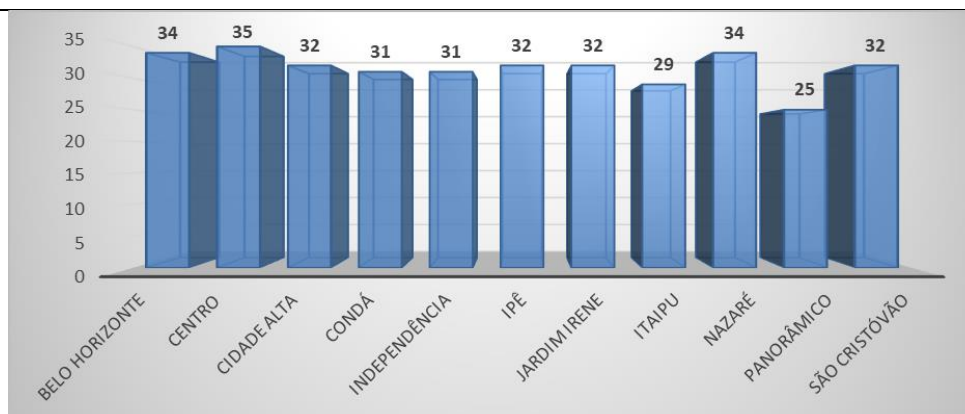
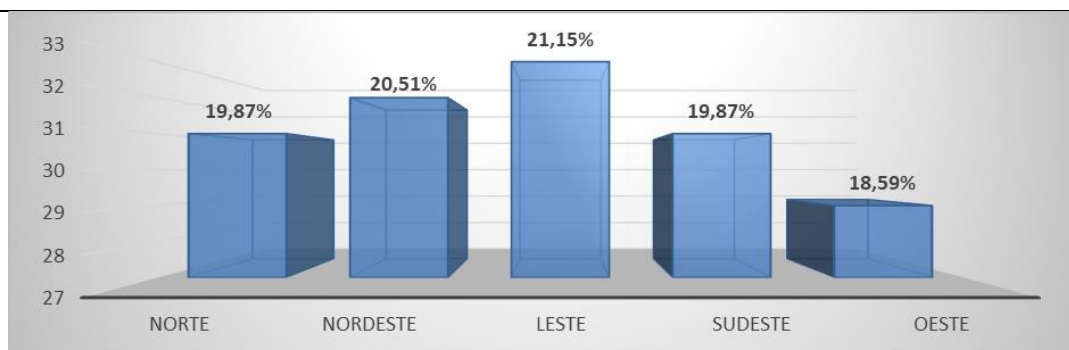
Fonte: TESE Tecnologia, 2020

No Produto 2.8 (*Expansão urbana x capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos*) fez-se uma análise detalhada sobre as áreas não urbanizadas INTERNAS ao perímetro, ou seja, os vazios urbanos, chegando-se à quantificação de lotes vazios esparsos nos loteamentos aprovados e nas glebas não parceladas. Os bairros com maior número de lotes vagos, na primeira condição, foram o Belo Horizonte, seguido pelo bairro Cidade Alta. Para a análise das possíveis expansões urbanas, EXTERNAS ou perímetro utilizou-se a mesma metodologia realizada no Produto 2.7, através de matriz quali-quantitativa, com agrupamento de dados e ponderações através de índices e classes avaliativas, o que resultou na qualificação empírica das direções prováveis para uma futura expansão. Conclui-se que a direção mais viável para uma possível expansão urbana, considerando tanto questões ambientais, antrópicas e também de viabilidade econômica para investimentos, seria a direção Leste. Em segundo lugar seria a direção Nordeste. A menos viável seria a direção Oeste. A direção onde não deverá ocorrer ampliação de perímetro seria a sudeste, sul e noroeste, tendo em vista a inaptidão por fatores predominantemente ambientais.

TABELA 2: MATRIZ AVALIATIVA DAS ÁREAS CONTÍGUAS À MALHA URBANA CONSOLIDADA

		APTIDÃO ANTRÓPICA	EQUIPAMENTOS EDUCAÇÃO	EQUIPAMENTOS SAÚDE	REDE DE ÁGUA	REDE DE ESGOTO	COLETA RESÍDUOS	ARRUAMENTO	CONEXÕES VIÁRIAS	TOTAL
DIREÇÕES AVALIADAS	NORTE	4	5	5	5	2	5	4	1	31
	NORDESTE	5	5	5	5	2	5	4	1	32
	LESTE	4	3	5	5	4	5	4	3	33
	SUDESTE	2	5	5	5	4	5	3	2	31
	OESTE	2	5	5	5	1	5	4	2	29
	SUL, SUDOESTE, NOROESTE	INAPTO								

Fonte: TESE Tecnologia, 2021

FIGURA 3: SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS CAPACIDADES DE SUPORTE**RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE ANTRÓPICO DOS BAIRROS DA SEDE URBANA****(Produto 2.7)****RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE DAS POSSÍVEIS ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA****(Produto 2.8)**

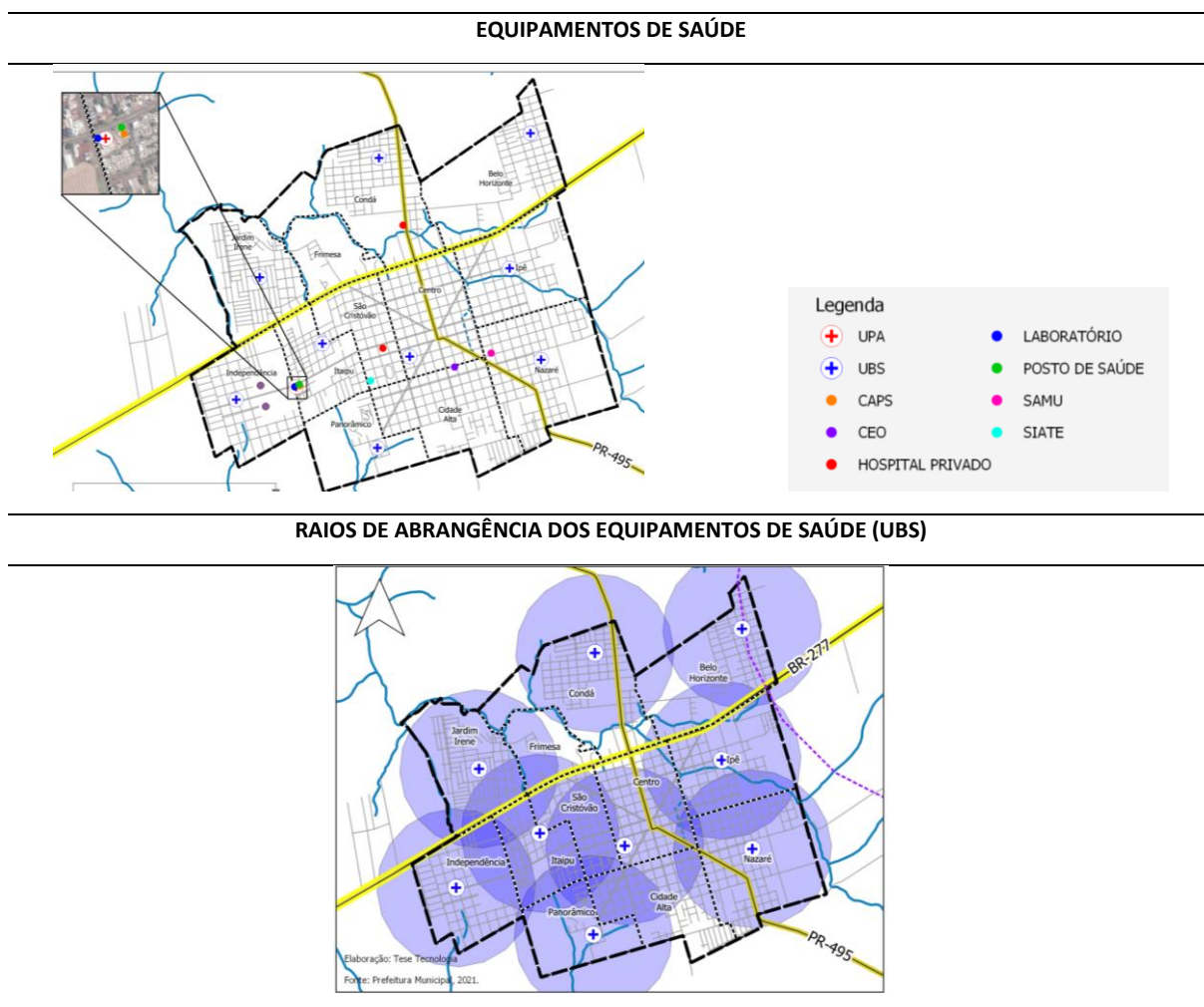
Fonte: TESE Tecnologia, 2021

1.2.2. Equipamentos Comunitários

De acordo com o Produto 2.6 (*Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas equipamentos e serviços públicos*), referente ao tema **saúde**, os equipamentos de atendimento básico se apresentam com satisfatória distribuição territorial. Há um total de 149 estabelecimentos de saúde, entre públicos e privados, dentre os quais: 09 Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo uma delas no distrito de Maralúcia; 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e 02 hospitais gerais particulares, sendo o Hospital e Maternidade Nossa Sra. da Luz com atendimento ao SUS (PMM, 2021).

Com relação à análise do raio de abrangência dos equipamentos de saúde UBS (conforme critérios, considerando uma unidade para cada 3.000 habitantes e o raio de abrangência de 1.000 metros, em função do deslocamento dos usuários, há satisfatória distribuição, sendo que apenas os bairros Frimesa e o Cidade Alta não possuem UBS. Contudo, considerando o elevado crescimento populacional da cidade, ampliações em suas capacidades de atendimento seriam desejáveis.

FIGURA 4: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE



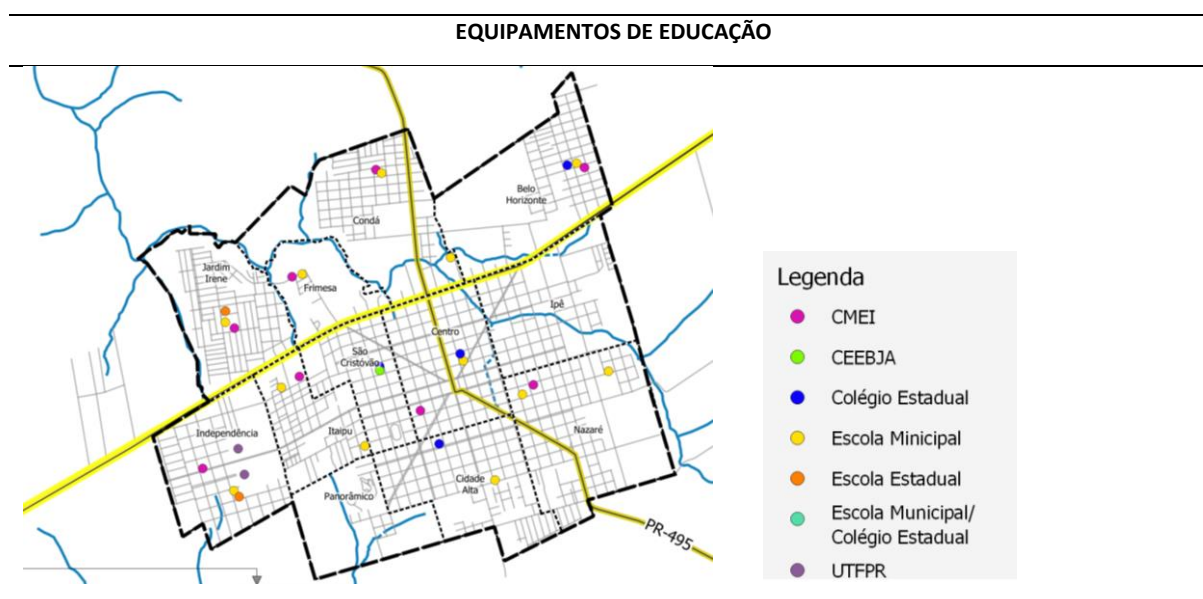
Fonte: Prefeitura Municipal, 2021.

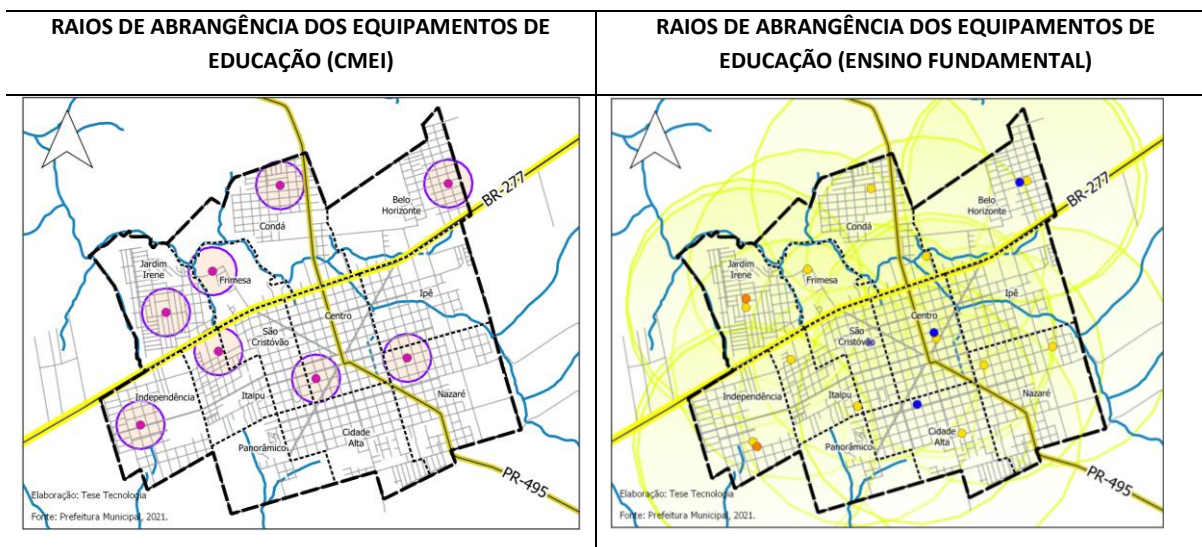
Com relação a **educação básica** as taxas de aprovação estão acima dos índices apresentados no estado do Paraná com os percentuais de 93,3% para o Ensino Fundamental e 84,8% para o Ensino Médio, não havendo evasão escolar. Tais indicadores apontam para a boa qualidade no ensino básico existente. Há um total de 34 **estabelecimentos de ensino**, sendo: 11 centros de educação infantil, 8 municipais e 3 particulares; 13 escolas municipais com Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais; 8 escolas estaduais e 2 escolas particulares com ensino fundamental, anos finais e médio. Ainda, dispõe de instituições de ensino universitário, representada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), situada no bairro Independência e pela União Dinâmica das Cataratas (UDC), além das modalidades de ensino à distância – EAD – por meio das instituições UNICESUMAR, UNIP e Cruzeiro do Sul Virtual.

Atualmente, as principais demandas municipais, segundo a Prefeitura Municipal, são a construção de salas de aula para ampliar e melhorar o atendimento aos alunos e professores; equipar as escolas com mobília adaptada para crianças com deficiência fisiconeuromotora e equipar as salas de Ambiente Tecnológico Educacional (ATE), em cinco escolas. Além disso existe a necessidade de contratação de novos professores e auxiliares devido ao aumento da demanda de alunos.

Com relação à análise dos raios de abrangência para os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), segundo critérios estabelecidos por GOUVEA (2008), sendo de 300 metros de abrangência, em função do deslocamento dos usuários, há distribuição territorial equilibrada com cobertura nas áreas de maior densidade demográfica. No entanto, existem ainda lacunas, com algumas áreas não atendidas pelo critério de distância. Já para o Ensino Fundamental, cujo raio de abrangência é de 1.500 metros, a distribuição territorial cobre todo o perímetro urbano da sede, da mesma forma para o Ensino Médio, com raio de abrangência de 3.000 metros.

FIGURA 5: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO





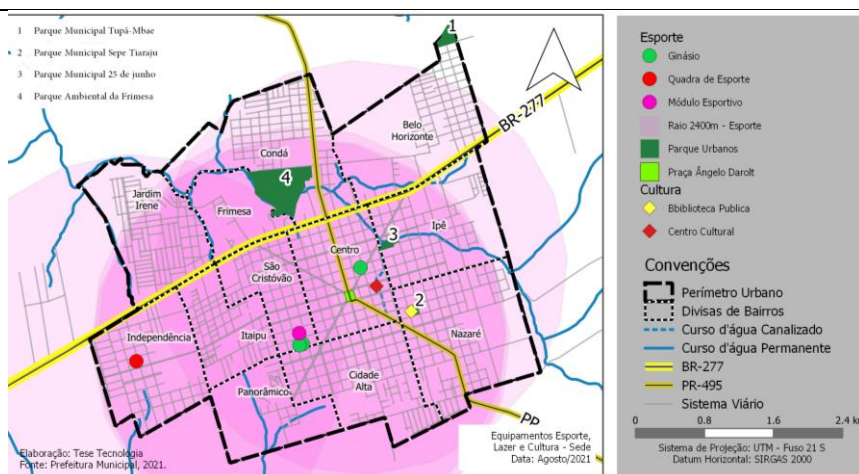
Fonte: Tese Tecnologia com base em Prefeitura Municipal, 2021.

No tocante ao **esporte**, Medianeira conta com um conjunto poliesportivo, um ginásio de esportes, um módulo esportivo e uma quadra de esportes municipais. Além desses, o município possui 24 campos de futebol, 11 canchas de bocha, 9 ginásios de esportes, 1 módulo esportivo, 1 pista de bolão, 8 quadras cobertas, 1 quadra de voleibol e futevôlei. A capacidade de suporte dos equipamentos de esporte foi baseada em ROMANINI (2007) e a sede urbana está atendida satisfatoriamente.

Os principais equipamentos destinados à **cultura** em Medianeira são a Biblioteca Pública Municipal e o Centro Cultural Arandura. Conforme levantamento junto à Prefeitura Municipal (2021), existe a necessidade de reforma estrutural do Centro Cultural Arandura e a reativação da FUNDACEM. É também necessária a ampliação dos espaços culturais existentes para abrigar mais oficinas e eventos culturais além da construção de novos equipamentos culturais complementares.

FIGURA 6: SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER, RECREAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EQUIPAMENTOS LAZER, RECREAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



Fonte: Prefeitura Municipal, 2021.



Diante do exposto acerca dos equipamentos comunitários municipais tem-se o satisfatório atendimento básico à saúde face a sua distribuição territorial. No caso do distrito Industrial, a acessibilidade aos equipamentos da sede urbana é alta, em função da rodovia BR-277 e pequena distância a ser percorrida. A educação básica municipal não apresenta taxa de evasão escolar e os índices de aprovação estão acima da média estadual, o que demonstra a boa qualidade no ensino básico ofertado. Apesar disso, conforme a Prefeitura Municipal (PMM, 2021), há carência nas áreas urbanas de maior oferta de vagas em função da demanda existente e futura. Considerando os critérios de análise por raios de abrangência, verificou-se a necessidade de instalação de equipamentos de educação infantil em alguns bairros. No caso do Ensino Médio, os alunos dos distritos necessitam se deslocar até a sede por meio do transporte escolar terceirizado.

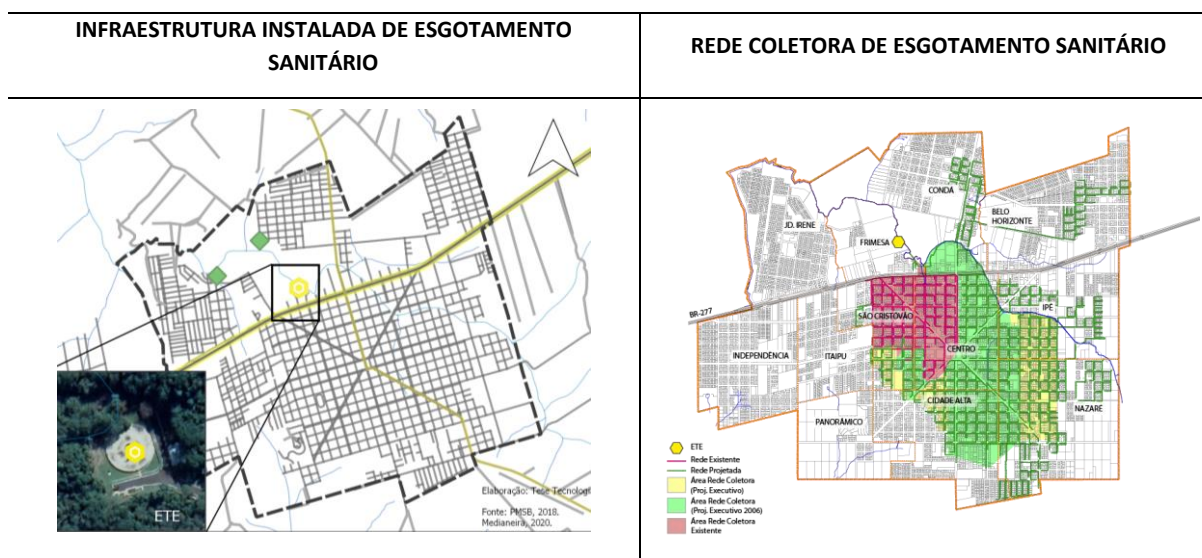
As áreas públicas de lazer do município estão concentradas no centro da sede urbana e em seu entorno, influenciando positivamente na qualidade de vida dos munícipes. No entanto, deveriam ser estendidas para outros bairros mais periféricos, especialmente ampliação de áreas verdes e parques urbanos. Há carência de recursos públicos para realização de eventos municipais, bem como equipamentos culturais, fazendo-se necessária a ampliação dos espaços existentes e construção de novos. Quanto aos equipamentos esportivos, a oferta é bastante variada e bem distribuída territorialmente. Além dos equipamentos públicos municipais, as áreas urbanas ainda dispõem de estabelecimentos privados para suprir as demandas da população.

1.2.3. Infraestrutura de Energia Elétrica e Saneamento

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) é responsável pela concessão do serviço de distribuição de **energia elétrica** em Medianeira, realizada por meio da subestação Medianeira Oeste, a qual se localiza limítrofe ao perímetro norte da sede urbana. De maneira geral, o atendimento por energia elétrica no município é bastante satisfatório, cujo indicador coletivo de continuidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), denominado de Frequência Equivalente de Interrupção Total (FECTOTAL) é de 12,47, ou seja, acima da média (8,98), para o ano de 2019. O consumo energético total de Medianeira é de 194.027 Mwh, sendo os maiores consumidores a categoria residencial, seguido pela categoria comercial e industrial (IPARDES, 2018).

O serviço de **esgotamento sanitário** é de concessão da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), cujo contrato possui duração até 2035 e está voltado à coleta e tratamento dos esgotos domésticos. Na sede urbana 40,83% dos domicílios são atendidos por rede coletora de esgotamento sanitário, que se concentra na porção central, bairro São Cristóvão e porções dos bairros Ipê e Nazaré, de acordo com dados da SANEPAR (2021). Há projetos de ampliação da rede para os demais bairros, com cobertura para chegar a 65% dos domicílios atendidos até 2024 (SANEPAR, 2021). Em ambos os distritos Industrial e Maralúcia, não há rede de esgotamento sanitário.

FIGURA 7: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO



Fonte: Prefeitura Municipal, 2021.

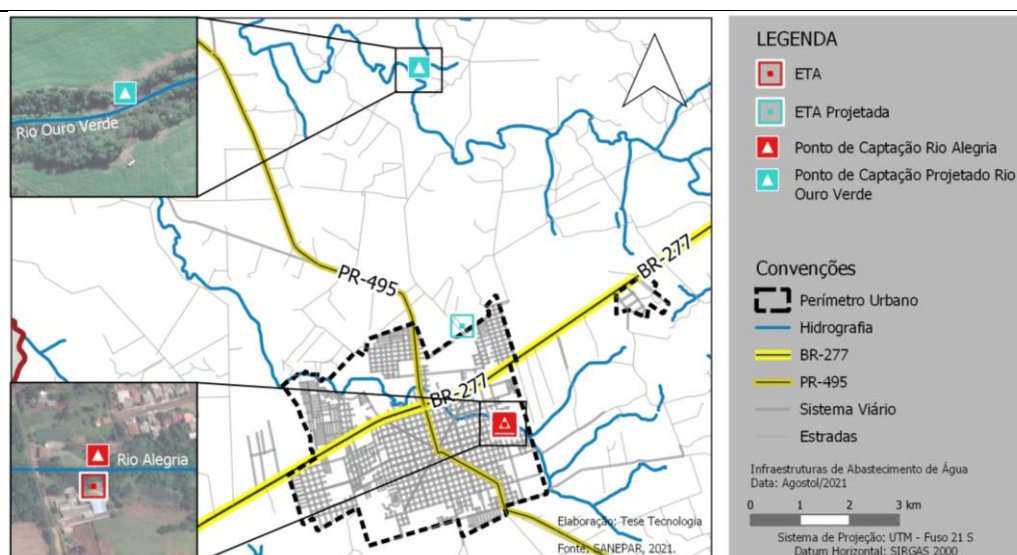
A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é concessionária, através de contrato com vigência até 2035, do serviço de **abastecimento de água** e esgotamento sanitário. O atual manancial de captação de água bruta da sede urbana é o Rio Alegria, cujo ponto de captação superficial se localiza bastante próximo ao limite urbano, em sua porção sudeste. Conforme o SANEPAR (2021), este manancial não apresenta suporte suficiente para suprir a demanda futura de abastecimento público da população, estando prevista uma nova captação

superficial no rio Ouro Verde, com previsão de operação para o ano de 2024. A área rural e algumas porções da sede urbana, são abastecidas por captação subterrânea do Aquífero Serra Geral.

O maior número de ligações é residencial, seguida pela categoria comercial, sendo o abastecimento atual considerado satisfatório, ou seja, 100% de atendimento, de acordo com o SNIS (2018), apesar de haver algumas unidades domiciliares não atendidas. No distrito Industrial, conforme o PMSB (2018), o principal problema é a falta de água, que ocorre eventualmente. Já no distrito de Maralúcia as precariedades apontadas são: falta de água, falta no tratamento da água, falta de instrução para o tratamento de água dos poços, falta de análises de água nos poços e baixa vazão de água.

FIGURA 8: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

INFRAESTRUTURA INSTALADA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E PROJETADA

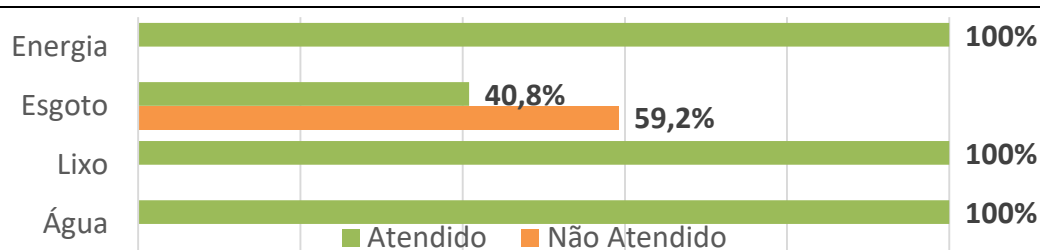


Fonte: SANEPAR, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

A coleta convencional de **resíduos sólidos** e os serviços de limpeza urbana são realizados pela empresa CORAE, contemplando a sede urbana e distritos. O município também dispõe de coleta seletiva, cuja responsabilidade é da Associação dos Agentes do Meio Ambiente de Medianeira (ASSAMA) e abrange as áreas urbana e rural (PMSB, 2018). Os resíduos de serviços de saúde (RSS), também conhecidos por resíduos hospitalares são coletados por empresa terceirizada (D. Lanzarim). A coleta de resíduos sólidos atende a totalidade da sede urbana e distritos e os resíduos são depositados em aterro sanitário, o qual, segundo PMM (2021) está em processo de ampliação de suas células, juntamente com a elaboração de Plano de Controle Ambiental (PCA) e licenciamento junto ao IAT. A vida útil do aterro sanitário com as ampliações irá se estender até aproximadamente o ano de 2033.

Portanto, a maior carência dos serviços de saneamento é em relação a insuficiência da rede coletora de esgotamento sanitário, conforme ilustra a FIGURA 9 . Esta situação impacta a qualidade de vida e saúde da população, além de causar danos ambientais graves como comprometimento da qualidade hídrica dos corpos d'água e do lençol freático, pelo descarte inadequado e sem tratamento dos efluentes.

FIGURA 9: GRÁFICO DA SÍNTESE DO PANORAMA GERAL DE SANEAMENTO



Fonte: IBGE, 2010; SNIS, 2018; SANEPAR, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

1.2.4. Infraestrutura Viária - Mobilidade e Acessibilidade

De acordo com o exposto no Produto 2.6 e Produto 2.10 (*Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana*), que discorre sobre as características do sistema viário municipal e urbano, considerando os sistemas de transporte de passageiros que atendem o município, o deslocamento individualizado não motorizado realizado pelos seus habitantes, bem como um panorama geral do transporte de cargas.

O sistema viário básico do município de Medianeira é constituído pelo cruzamento de duas rodovias; a **BR 277** que intercepta o município e sede urbana no sentido leste/oeste, interligando a sede urbana ao Distrito Industrial e a **PR 495** que atravessa o município longitudinalmente (sentido norte/sul), ligando a sede ao Distrito de Maralúcia e localidades rurais. Destaca-se que a BR 277 está duplicada ao longo de toda a extensão municipal, havendo 07 (sete) travessias urbanas. Apenas o viaduto e as passagens subterrâneas para pedestres possuem espaço para a circulação de pedestres e ciclistas. Nas quatro trincheiras não foi previsto alargamento lateral para tal finalidade.

Merece destaque a obra do anel rodoviário, objeto do PDUR (2007), que até o presente não se concretizou, com a finalidade de deslocar o tráfego da PR 495 da malha urbana ligando também à BR 277, o que facilitará o escoamento direto da produção de Missal e Serranópolis do Iguaçu. Terá impacto significativo na dinâmica econômica do município, sobretudo o comércio que depende do tráfego rodoviário. Ressalta-se a necessidade da melhoria das conexões viárias na sede urbana, como a abertura de vias no sentido leste-oeste, a exemplo de trechos da Avenida João XXIII; a ampliação da conexão viária nos bairros Condá-Jardim



Irene e Ipê-Distrito Industrial e o alargamento e revitalização de vias importantes no município, como a Avenida Brasília, R. Iguazu e Avenida 24 de Outubro.

Verificou-se nos últimos 10 anos grande ampliação de pavimentação asfáltica de vias urbanas na sede. No distrito há predomínio da pavimentação poliédrica. As calçadas para pedestres estão presentes de maneira geral em grande parte da sede urbana, contudo há situações de pavimento precário ou inexistentes, bem como falta de acessibilidade, principalmente por ausência de rampas e calçamento acessíveis e padronizados. Na área industrial e Distrito de Maralúcia as calçadas para pedestres são praticamente inexistentes.

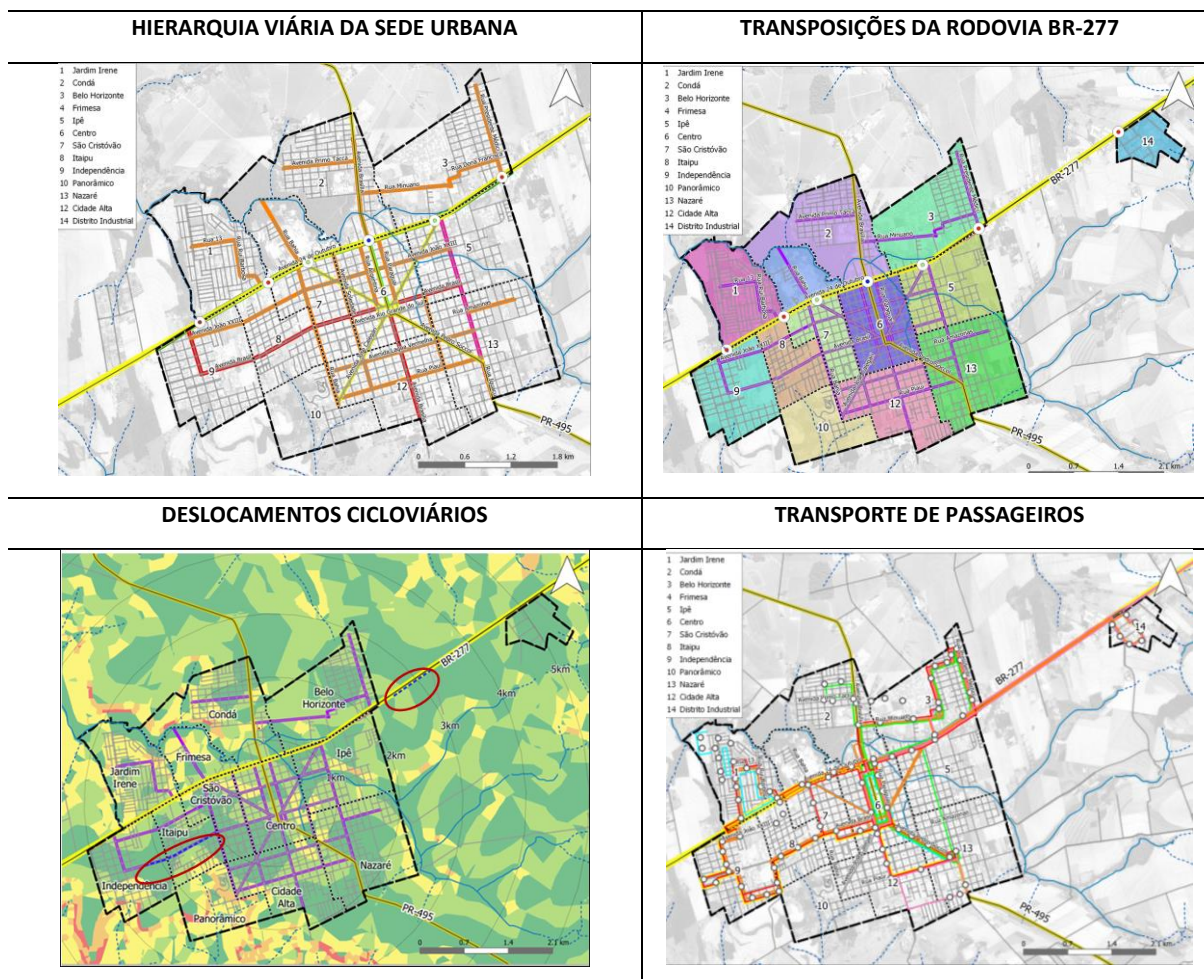
O estacionamento rotativo foi instituído através da Lei nº 415/2014, de 11 de novembro de 2014, no entanto sua implantação, operação e gestão ainda não foi regulamentada por Decreto, porém, há previsão de sua implementação.

Quanto às ciclovias, o município dispõe de apenas uma na sede urbana, localizada na Avenida Brasil (entre a Rua Bahia e a universidade UTFPR) e uma ciclofaixa na porção Sul da Avenida 24 de Outubro, entre o Country Clube e sede administrativa da LAR, a qual se encontra em estado precário e mal dimensionado para ciclofaixa dupla. A ausência de infraestrutura cicloviária somada à falta de consciência dos motoristas aos sinais e normas de trânsito, ocasiona conflitos, gerando insegurança para pedestres e ciclistas.

O transporte público de passageiros é operado por duas empresas de transporte coletivo: a Empresa Transportes Coletivos Paloma Ltda. e a Empresa Dawel de Transportes Coletivos Ltda., atendendo em média quase 50.000 usuários/mês. Apesar da boa cobertura e da quantidade de rotas em cada linha, as restrições de horários e o valor da passagem desestimulam o uso do transporte público de passageiros. Faz-se necessário que o sistema de transporte seja revisto e reestruturado a partir da elaboração do Plano de Mobilidade Municipal (cujá contratação está prevista a curto prazo), visando atender uma faixa maior da população, com maior abrangência de subsídios, para que seu uso se torne uma alternativa viável, em substituição ao transporte individual motorizado. Para o transporte intermunicipal, o município dispõe do terminal rodoviário, com atuação de 10 empresas de viação. A localização do terminal rodoviário é incompatível com o tráfego local, sendo necessária a construção de um novo terminal rodoviário próximo a entrada do município evitando o conflito de tráfego na área central.

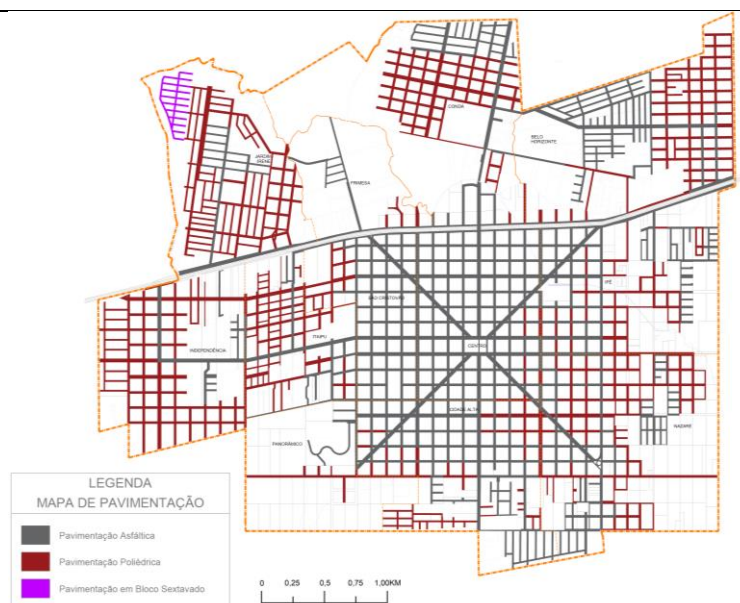
O aeródromo de Medianeira (localizado à sudeste da sede urbana), foi fechado para o tráfego aéreo no ano de 2015, não fazendo mais parte do cadastro da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme PORTARIA ANAC N. 652/SIA de 2015.

FIGURA 10: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA – MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE



Fonte: Prefeitura Municipal, 2021. Elaboração Tese Tecnologia, 2021.

FIGURA 11: SÍNTESE DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA - PAVIMENTAÇÃO



Fonte: Prefeitura Municipal, 2021.

1.3. ASPECTOS ECONÔMICOS

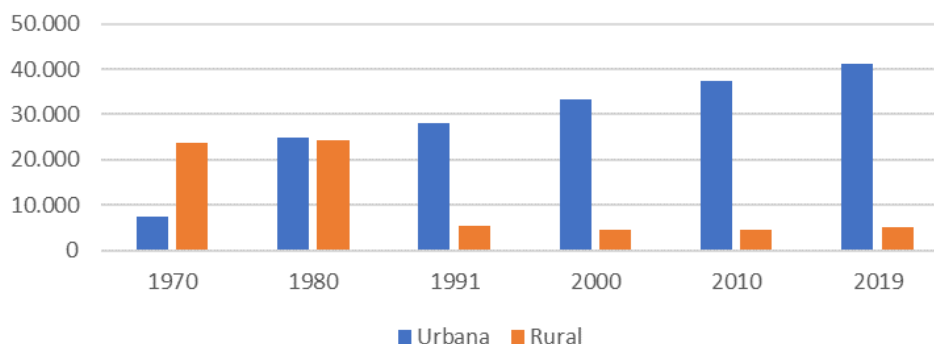
Este item sistematiza os Aspectos Socioeconômicos abordados nos Produtos 2.6, Produto 2.9 e Produto 2.11 (*Capacidade de investimento do município*), referindo-se aos temas: crescimento populacional e demografia; emprego e renda; distribuição do PIB e índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF), capacidade de endividamento e finanças públicas.

1.3.1. Crescimento Populacional e Demografia

Medianeira integra a Microrregião Geográfica de Foz do Iguaçu, distante 570km da capital Curitiba. É o segundo município mais populoso, precedido por Foz do Iguaçu, com população estimada para o ano de 2019 de 46.198 habitantes, sendo predominantemente urbano, com apenas 11% dos habitantes (5.078) na área rural (IBGE, 2019). Cabe destacar, no entanto, que a Prefeitura fez recente levantamento populacional e o número de habitantes estaria chegando perto de **68.000 pessoas**.

A composição demográfica municipal é decorrente do contexto das mudanças no cenário socioeconômico, que influenciaram na mudança da estrutura fundiária e econômica municipal e regional, provocando o êxodo da população rural de Medianeira, na década de 80 até 1991 quando se tornou estável até os dias de hoje, em patamar muito inferior ao da população urbana.

FIGURA 12: GRÁFICO DA DINÂMICA POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA



Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, 2019.

O município possui área territorial de 329,93 km², com densidade demográfica de 1,27 hab./ha. Na sede urbana a densidade era de 21,9 hab./ha (IBGE, 2010). Atualmente, a densidade urbana é muito maior da oficial retratada pelo IBGE. Já nos distritos de Maralúcia e Industrial as densidades demográficas eram, respectivamente, de 1,4 hab. /ha e 7,8 hab. /ha.

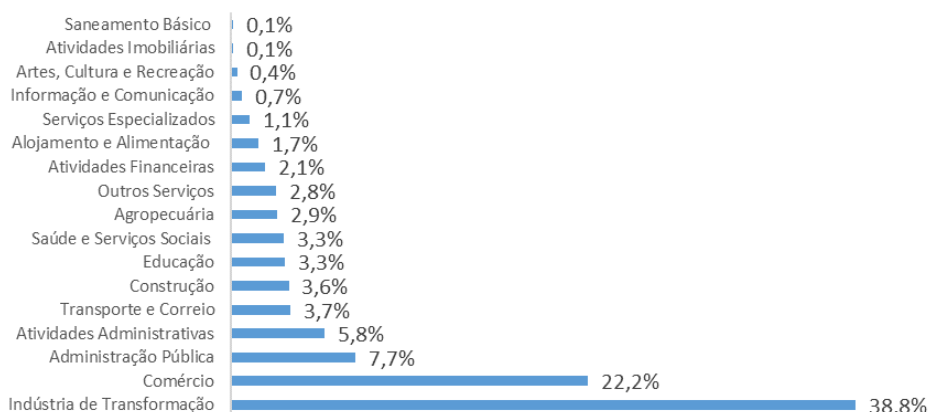
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Medianeira foi de 0,763, em 2010, o que o enquadrava como município de desenvolvimento humano alto. A componente com valor mais elevado é a variável Longevidade, com índice 0,849, seguida de Renda, com 0,762 e Educação, com 0,686 (PNUD, 2013).

1.3.2. Emprego e Renda

Entre 2000 e 2010 a *Renda per capita bruta* de Medianeira evoluiu de 547,46 para 914,67 reais (PNUD, 2013). A maior renda per capita na área rural foi de 2 a 4 salários mínimos e nas áreas urbanas, tanto sede quanto distritos predominam as faixas salariais de 510 a 1.020 reais *per capita* (IBGE, 2010).

Medianeira possui um total de cerca de 17.000 empregos formais, sendo o setor econômico com o maior índice de empregabilidade - o da indústria da transformação - responsável por 6.600 empregos, que representam quase 40% do total de empregos, tendo como principal atividade econômica, neste setor, o abate de suínos e aves (DATAVIVA, 2020 apud RAIS, 2017). As atividades comerciais representam 22,2% dos empregos e a administração pública 7,7% dos empregos.

FIGURA 13: ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – 2017



Fonte: DATAVIVA, 2020.

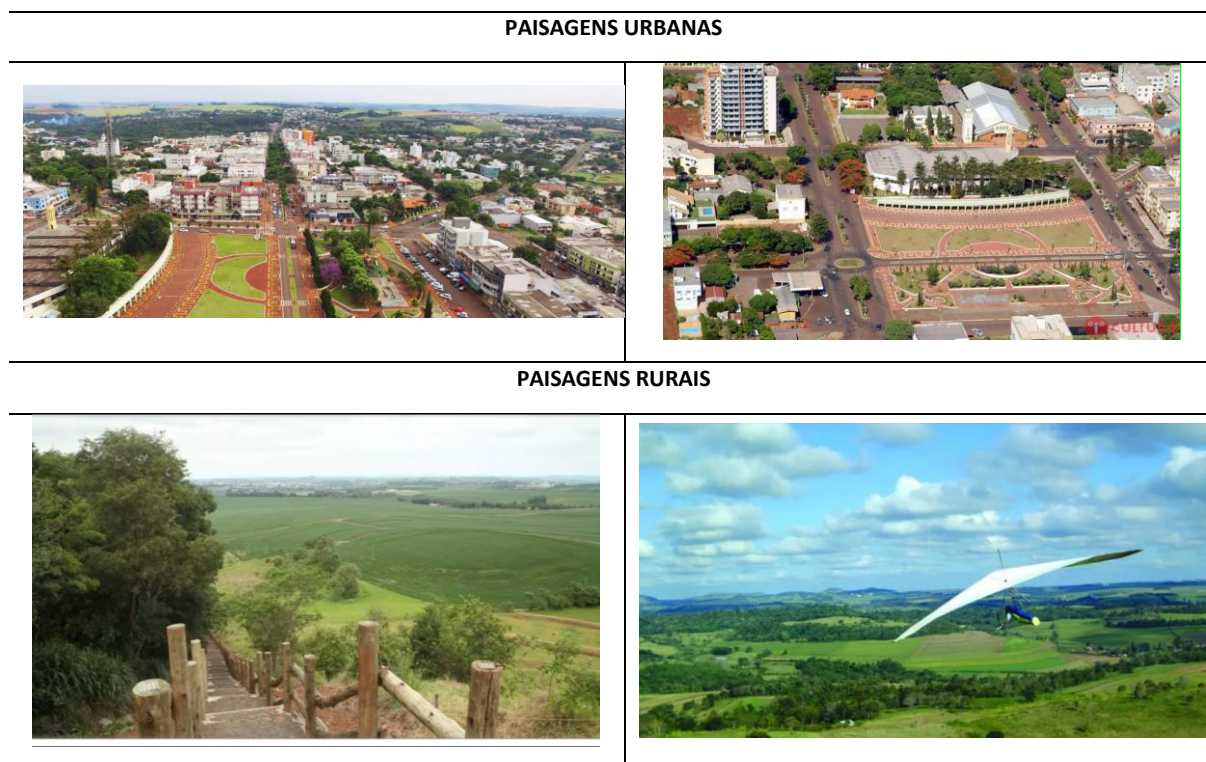
1.3.3. Potencial Turístico

Medianeira integra na porção oeste, com mais outros 18 municípios, a região denominada como *Região das Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu*, local de belezas naturais e riqueza cultural, especialmente para o Turismo Rural, por meio de trilhas, pesca, cavalgadas, visita a cachoeiras e o Turismo Religioso.

Especificamente em Medianeira, é possível encontrar diferentes atrativos naturais e paisagísticos, representados por acidentes geográficos, mirantes naturais, intensa malha de rios e cachoeiras, com enorme potencial para o turismo rural, radical, ecoturismo, contemplativo, além do turismo religioso, com potencial para exploração de peregrinações

religiosas e retiros espirituais, dentre outros. Destacam-se os seguintes atrativos: Distrito de Maralúcia; Morro da Salete; Morro Espigão do Norte, Pedreira Municipal, dentre outros.

FIGURA 14: SÍNTESE DA DO POTENCIAL TURÍSTICO DE MEDIANEIRA

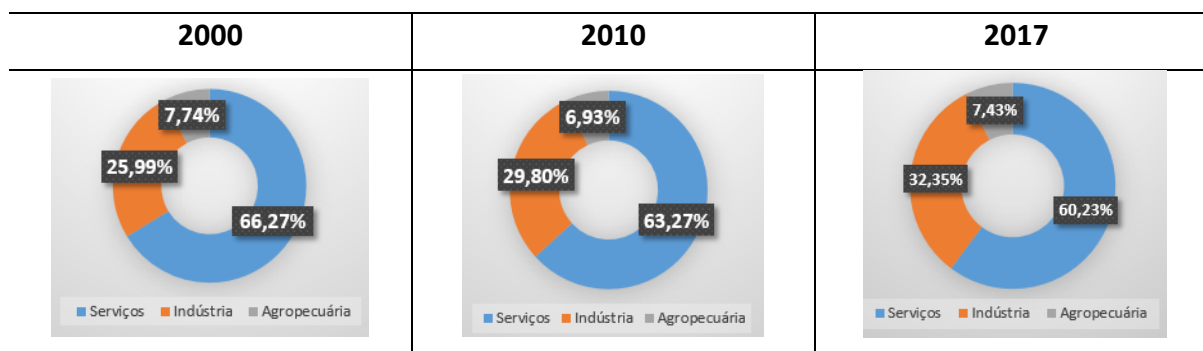


Fonte: Prefeitura Municipal de Medianeira / Viaje Paraná, 2021. Rádio Cultura Foz, 2016

1.3.4. Distribuição do PIB e Índice FIRJAN

Verificou-se no município importante crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) após o ano de 2010, quando este era de R\$ 750.258.000,00 passando em 2017, para R\$ 1.822.777.000,00 (IBGE, 2017). O principal setor econômico gerador de riquezas do município foi o setor serviços, de acordo com análise da distribuição do PIB no período de 2000 a 2017 (IBGE, 2017). No entanto, este foi sofrendo ligeiro decréscimo ao longo das décadas analisadas, quando o setor industrial obteve maior expressividade. O setor agropecuário manteve-se praticamente estável, com representatividade em torno de 7% da distribuição do PIB.

FIGURA 15: GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETOR ECONÔMICO (2000 A 2017)



Fonte: IBGE, 2017

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), cujo resultado é distribuído em quatro estratos numa escala de pontuação que varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação. Em Medianeira, o IFGF analisado no período de 2013 a 2018 (último dado disponível) foi superior a 0,8 apenas nos exercícios dos anos 2015 e 2016, Excelência em Gestão; nos exercícios 2013, 2014, 2017 e 2018, foram classificados como Boa Gestão. Apesar dos estratos Autonomia e Liquidez estarem com performance de Excelência, Investimentos e Gasto com Pessoal precisam de uma atenção especial, situando-se na performance de Dificuldade e Crítica.

Utilizando-se a proposta metodológica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), cujos limites estão previstos na Resolução do Senado Federal nº 40/2001 (BRASIL, 2001), para o município de Medianeira, nos anos de 2018 e 2019, os resultados demonstraram estar muito acima do limiar da Resolução que regulamenta as diretrizes das Finanças Públicas Municipais.

1.3.5. Capacidade de Endividamento

A Receita Corrente Líquida (RCL) de Medianeira, para o ano de 2019 foi de R\$ 144.425.245,92, sendo a principal fonte de receitas as Transferências Correntes (composta pela FPM, Cota Parte, ICMS e IPVA), que representaram 68,5% da RCL. Verificou-se sua expressiva evolução ao longo dos últimos anos e cerca de 10% acima da inflação, principalmente pela maior arrecadação de impostos municipais (incremento de 27,3% no período). Fator este bastante positivo, uma vez que acumulou reservas e terá melhores condições para enfrentar a queda de transferências e receitas próprias em função da Pandemia do COVID-19.

A autonomia adequada da arrecadação do município para enfrentar suas despesas correntes, mantém um bom nível de disponibilidade de poupança corrente do município, bem como o reduzido endividamento e adequada liquidez, propiciam, segundo a avaliação do Tesouro Nacional, apurado com dados de 2018, uma excelente avaliação de capacidade de pagamento, portanto de realização operações de crédito, com aval da União.

Outro indicador bastante satisfatório para cumprir condições previstas na LRF e a provisão de serviços à população é o atendimento pleno aos índices de gastos mínimos efetuados em Educação e Saúde. Apesar do município ultrapassar os gastos mínimos legais com a área da saúde, a boa capacidade de arrecadação do município, associada a capacidade de articular fontes de transferências de capital, acabam por permitir cumprir as metas de gastos em Saúde e Educação com eficácia em seus resultados, e atender outras demandas sociais.

1.3.6. Gestão Fiscal e Finanças Públicas

A condição financeira do Município de Medianeira apresenta-se bastante robusta, conforme demonstrado no Produto 2.11 (*Capacidade de investimento do município*), com crescentes e expressivos superávits para os exercícios fiscais de 2017 a 2019, cujos níveis de investimentos cresceram 28,2%. O município fechou o ano de 2019 com uma poupança de R\$ 24,2 milhões, ou 17% em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).

Cabe destacar o aumento na arrecadação de Impostos Municipais e também incremento no Investimento per capita, que se deveu principalmente ao acréscimo do esforço fiscal municipal. Isso mostra que a ampliação da capacidade de atendimento à população com a expansão do patrimônio público ocorre por meio das receitas próprias. O município apresenta bom nível de disponibilidade de poupança corrente, bem como reduzido endividamento e adequada liquidez. Em 2019, em função da melhora na arrecadação de impostos e evolução da RCL, o município conseguiu retornar à condição de normalidade nos gastos de pessoal, até então com níveis acima do adequado. Em 2016 e 2018 havia atingido o limite de alerta para as Despesas com Pessoal.

Concluiu-se que a médio prazo, Medianeira deverá manter boa capacidade financeira, o que permitirá ao município ampliar sua capacidade de investimento, havendo espaço para novas operações financeiras, restabelecida a condição de pagamento e normalidade na arrecadação, em função da superação da crise da pandemia do Covid-19 e da contração econômica. A retomada da economia urbana deverá depender de um programa de investimentos públicos, para fomentar a economia local e permitir a absorção da mão de obra, além de preparar adequadamente o município às novas exigências sanitárias.

1.4. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Conforme apresentado no Produto 2.12 (*Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes*), o Município de Medianeira possui sua estruturação organizacional e administrativa disciplinada pela Lei Municipal nº 597/2016 (MEDIANEIRA, 2016). O Artigo 9º da citada lei dispõe sobre os conselhos municipais, os quais são enquadrados como órgãos de aconselhamento com caráter colaborativo e consultivo ao Poder Executivo municipal.

Atualmente o município dispõe de 23 conselhos ativos, sendo o último deles criado no ano de 2017 e trata-se do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Medianeira (CODEMED). Ao longo do Produto 2.12 são apresentados vários quadros analíticos, com as atribuições de cada um dos conselhos municipais, bem como daqueles com vinculação direta ou indireta ao PDM.

O município possui um total de 9 fundos municipais dentre os quais se destaca de maior relevância ao Plano Diretor o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FHIS). O único fundo que conta exclusivamente com fontes de recursos municipais é o Fundo Municipal de Reequipamento do Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná (FUNREBOM), os demais possuem fontes de recursos provenientes do Governo do Estado e/ou União. Dentre os fundos que recebem recursos da União destacam-se os destinados às áreas de educação e saúde - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e Fundo Municipal de Saúde do Município de Medianeira.

Quanto à possibilidade de unificação de conselhos, no Produto 2.12 é apontado que a grande maioria dos conselhos ativos não apresenta tal possibilidade, visto sua vinculação a verbas específicas e/ou ímpares em função da singularidade de suas atribuições. Vislumbra-se, pois, a possibilidade de unificação entre apenas dois conselhos - o Conselho Municipal de Planejamento (CMP) e o Conselho Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural de Medianeira (COMUR). O CMP administra o PDM, sua implementação para todo o município, já o COMUR possui competências voltadas a adaptação de parâmetros urbanísticos de uso do solo e pareceres sobre modificações ou excepcionalidades referentes as leis do Plano Diretor. Constata-se, portanto, a complementaridade entre ambos, sendo necessária a validação ou não de tal unificação do decorrer das propostas do presente trabalho.

2. SÍNTESE DA LEITURA COMUNITÁRIA

O processo participativo da revisão do Plano Diretor foi desenhado de forma a garantir a gestão democrática, um direito assegurado pela carta magna Constituição Federal de 1988, e reforçada no Estatuto da Cidade (Lei Federal n°. 10.257/2001).

A participação popular nos processos decisórios é importante para que as duas esferas de poder (público e privado) possam criar significado conjuntamente, possibilitando a indicação de políticas públicas que prezam pela convergência de interesses. É importante lembrar que o diálogo entre cidadãos, bem como entre eles e seus representantes, constitui o instrumento que legitima e atribui validade à prática democrática.

Além disso, os participantes vão sendo conduzidos passo a passo às informações referentes à cada etapa, interagem com diferentes "stakeholders" (atores sociais) ao longo dos espaços participativos, e vão munindo a equipe técnica responsável pela elaboração da revisão do PDM com informações importantes sobre a vivência de quem habita o município. Portanto, os espaços participativos se configuram num processo formativo, capacitando os participantes a seguirem participando nas etapas de implementação do Plano Diretor Municipal, posteriores ao processo de revisão.

Foram realizadas 03 (três) oficinas técnicas e comunitárias para a FASE 2, dividida cada uma delas em dois blocos. O primeiro bloco consistiu em uma explanação técnica, por meio da apresentação de slides do conteúdo a ser debatido. O segundo bloco consistiu em uma dinâmica de grupo, em que os participantes foram agrupados em 5 grupos e convidados a debater sobre os problemas/deficiência e suas respectivas soluções/propostas para o tema em questão. Cada uma das oficinas teve temas diferentes, conforme segue abaixo, mas com a mesma metodologia de trabalho, a fim de garantir um espaço deliberativo entre os presentes. Na sequência são expostas as planilhas dos resultados de cada grupo.

- Oficina Parte 1: Tema - APTIDÃO AMBIENTAL;
- Oficina Parte 2: Tema – USO DO SOLO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS;
- Oficina Parte 3: Tema – INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

FIGURA 16: ESQUEMA DA DINÂMICA DE GRUPO DAS OFICINAS





OFICINA 1 – ASPECTOS AMBIENTAIS – HIDROGRAFIA

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
HIDROGRAFIA	GRUPO 1	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de mata ciliar nos rios; 2) Preservação das nascentes existentes; 3) Poluição dos rios. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Incentivo e parceria com as entidades, poder público, poder privado para adequar as matas ciliares conforme as normas vigentes; 2) Criar uma equipe juntamente com a secretaria municipal do meio ambiente para executar essa proteção e preservação; Maior conscientização integrada entre a municipalidade, escolas e entidades sociais
	GRUPO 2	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Há 7 anos estamos com problemas no abastecimento de água; 2) Falta gestão para contingenciamento; 3) Falta de levantamento das nascentes do município. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Município absorver para resolver o problema, através da gestão e monitoramento; 2) Implementar a SAAE Medianeira -Serviço Autônomo de Água e Esgoto; 3) Implantar um sistema de captação na Linha Sávio; 4) Cuidado com as nascentes, verificando loteamentos novos, não autorizar a canalização e fazer cumprir a legislação federal.
	GRUPO 3	
<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de água e problema na captação; 2) Falta de reservatório; 3) Rios sem mata ciliar ou deficitária – problemas de conservação; 4) Mata ciliar na área urbana – problemas que impedem a expansão imobiliária; 5) Limites de rio canalizado – problemas que impedem a expansão imobiliária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Mapear e proteger nascentes nas zonas urbana e rural; 2) Conscientização da população ribeirinha; 3) Preservação das matas ciliares; 4) Verificar o volume para fornecimento de água nos rios utilizados para captação visando a melhora do processo e evitar a falta. 	
GRUPO 4		

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Ausência da faixa de vegetação para preservação de rios e nascentes; 2) Rios e nascentes assoreados; 3) Enchente do Rio Bolinha (trecho canalizado); 4) Lançamento de esgoto em galerias pluviais; 5) Não escoamento do Rio (Trecho São Carlos). 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolvimento de projeto de mata ciliar integrado com parque urbano com trilhas conectadas; 2) Criação de bacia de retenção nas depressões (Ipezinho e terrenos anteriores); 3) Alargamento do encontro dos rios, reforma na ponte (trecho São Carlos) e aumento do canal; 4) Aumento da área de infiltração do Rio canalizado; 5) Conscientizar e multar os lançamentos irregulares de esgoto.

OFICINA 1 – ASPECTOS AMBIENTAIS – VEGETAÇÃO

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
VEGETAÇÃO	GRUPO 1	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de arborização urbana e plantio adequado de espécies; 2) Preocupação com as mangueiras e outras árvores frutíferas na área urbana; 3) Deficiência de arborização em praças públicas, passeios e ciclovias. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criação e divulgação do plano de arborização urbana, reativação do horto municipal para criação e distribuição de mudas adequadas, e elaboração de cartilha orientativa com as espécies adequadas e forma correta de plantio; 2) Substituição das espécies frutíferas por espécies adequadas; 3) Parcerias com empresas e entidades para a melhoria da arborização.
	GRUPO 2	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Matas ciliares não são respeitadas conforme a Lei Federal; 2) Horto municipal inexistente; 3) Pouca árvore na cidade e árvores existentes inadequadas para a utilização ou área plantada. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Fiscalizar a implementação das medidas do Plano Água Boa – Itaipu, através de visitas técnicas; 2) Reestruturação do horto municipal; 3) Elaboração do Plano de Arborização Urbana e replantio de árvores adequadas; 4) Habite-se vinculado a arborização.



	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
	GRUPO 3	
	<ol style="list-style-type: none">1) Tipos de vegetação na área urbana – impedimento de expansão imobiliária ou reforma de construções – segurança comprometida – impedem a instalação de câmeras de longo alcance;2) Falta de arborização e arborização inadequada;3) Ocupação inadequada de áreas em zona de mata ciliar (urbana e rural).	<ol style="list-style-type: none">1) Atualização do plano de arborização do município – definição de espécies adequadas ao desenvolvimento urbano a longo prazo - (plantio e replantio de espécies permitidas);2) Remoção das ocupações e conscientização da população urbana e rural
	GRUPO 4	
	<ol style="list-style-type: none">1) Pé de manga e outras espécies frutíferas em passeio público;2) Arborização inadequada (raízes superficiais e copas na rede elétrica);3) Falta de pulmões verdes (parques urbanos).	<ol style="list-style-type: none">1) Substituição gradual das espécies inadequadas (criar programa);2) Exigência da execução do Plano de arborização em novos loteamentos (plantio prévio);3) Desenvolver programa de plantio de maciços verdes e recuperação de áreas verdes.

**OFICINA 1 – ASPECTOS AMBIENTAIS – SOLO**

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
SOLOS	GRUPO 1	
	-	-
	GRUPO 2	
	1) Rigidez do zoneamento dificultando a ocupação e fiscalização.	1) Incluir no Plano os critérios de possibilidade de alteração pontual do zoneamento apresentando análise de projeto.
	GRUPO 3	
	1) Problemas na execução de políticas de preservação do solo – falta de conscientização da população; 2) Aterro sanitário – localização e tamanho é problema para expandir a área do perímetro urbano - próximo à área de nascentes.	1) Mudança do local do aterro e aumento do tamanho de acordo a projeção de expansão do município; 2) Implantação de uma usina regional (consórcio intermunicipal) para tratamento dos resíduos sólidos; 3) Conscientizar a população quanto a necessidade de separar o lixo para preservação e manutenção do aterro (capacidade a longo prazo).
GRUPO 4		
1) Ocupações irregulares em áreas de altas declividades (Panorâmico, Condá); 2) Ocupação / Zoneamento (Industrial / Residencial); 3) escoamento Irregular de águas pluviais em áreas rurais.	1) Práticas conservacionistas de uso do solo (área rural); 2) Rever o zoneamento; 3) Realocação das moradias em áreas de risco para locais próximos (programas habitacionais).	



OFICINA 2 - USO DO SOLO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS – ASPECTOS ECONÔMICOS E TURÍSTICOS

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
ECONOMIA MUNICIPAL	GRUPO 1	
	<ol style="list-style-type: none">1) Organização da Área Industrial;2) Necessidade de novas áreas industriais;3) Setor de comércio e serviço ser concentrado na área central;4) Avenidas centrais com pouco espaço para estacionamento.	<ol style="list-style-type: none">1) Setorizar os tipos de indústrias e realocar atividades não compatíveis;2) Implementar um eixo industrial ao longo da BR-277 para grandes indústrias (da fronteira com São Miguel até a fronteira com Matelândia), além de incentivar outras atividades econômicas;3) Descentralizar o comércio e serviço e ampliar os usos permitidos e permissíveis em áreas fora do centro;4) Elaborar o Plano de Mobilidade.
TURISMO MUNICIPAL	<ol style="list-style-type: none">1) Turismo Rural não consegue se expandir por conta do módulo e tamanho na propriedade;2) Município precisa captar novos investidores para o setor.	<ol style="list-style-type: none">1) Implementar as Zonas de Interesse Turístico (Maralúcia, Salete, Espigão do Norte e Linha Mineira);2) Chácaras de Lazer e Turismo;3) Mudar o padrão de medidas dos terrenos destas áreas de Interesse Turístico.



OFICINA 2 - USO DO SOLO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS – USO DO SOLO URBANO E RURAL

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
ZONEAMENTO, PARCELAMENTO DO SOLO, ETC	GRUPO 2	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Subdivisão de chácaras da Vila Rural; 2) Localização do Aterro municipal; 3) Perímetro Urbano com área insuficiente; 4) Zoneamento das Áreas de comércio e indústria; 5) Parâmetros construtivos em loteamentos inexistentes inadequados; 6) Muita burocracia, custos e rigor; 7) Problemas ao instituir condomínios horizontais fechados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criação de Zoneamento Especial para a Vila Rural / Transformar em Distrito; 2) Mudança de local do aterro sanitário; 3) Ampliação do perímetro urbano; 4) Propor em novos loteamentos a destinação para lotes comerciais; 5) Rever recuos, afastamentos e parâmetros em vias com vocação comercial em loteamentos existentes; 6) Regras mais claras e acessíveis de flexibilidade; 7) Esclarecimento de regras para condomínios.
	GRUPO 3	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de legislação para condomínios horizontais (diretrizes) – Decreto no 212/2007 e Lei 11.095/2004; 2) Falta de terrenos industriais e falta de fiscalização das áreas existentes; 3) Estagnação do perímetro urbano devido ao aterro sanitário; 4) Cemitério municipal; 5) Índices urbanísticos defasados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criar a regulamentação dos condomínios horizontais; 2) Criar mecanismos de desapropriação de terrenos inapropriados na área industrial, expansão da área existente e criação de faixa comercial e industrial margeante a BR-277; 3) Nova instalação do aterro em local adequado visando novas expansões urbanas (buscar novas soluções); 4) Buscar novas soluções e novas áreas mais distantes da área urbana, além de estudo para novas concessões para crematórios; 5) Aumentar os índices urbanísticos, criar incentivos para maior utilização do terreno, criar mecanismos de análise de aprovação conforme a utilização do terreno (não exclusivamente do zoneamento).
GRUPO 4		



	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Expansão urbana para a área rural; 2) Espaços urbanos com ruas muito estreitas e calçadas muito largas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Mapeamento e planejamento das áreas em que há a possibilidade de expansão (fornecimento de serviços básicos: água, energia, esgoto, acesso viário, coleta de lixo); 2) Reduzir a largura das calçadas e ampliar a pista para a passagem dos veículos.

OFICINA 2 - USO DO SOLO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS – USO DO SOLO URBANO E RURAL

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
HABITAÇÃO E MORADIA	GRUPO 2	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Limitação de quantidade de pavimentos (gabarito); 2) Lei de regularização fundiária; 3) Poucas unidades / oferta de terrenos e moradias. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Aumento da quantidade de pavimentos; 2) Lei de Regularização; 3) Criar loteamentos que atendam a população de baixa-renda (muita demanda) e incentivar a verticalização nas áreas centrais.
	GRUPO 3	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Invasão de áreas públicas e loteamentos irregulares; 2) Construções clandestinas irregulares; 3) Limitação de maior número de pavimentos para edificações verticais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criação de ZEIS próximas as áreas de ocupações existentes; 2) Melhorar a fiscalização e aumentar o efetivo; 3) Permitir a construção de edificações verticais com pavimentos ilimitados em todos os zoneamentos (até 12 pavimentos ou mais em todo o perímetro urbano).
GRUPO 4		
<ol style="list-style-type: none"> 1) Preenchimento de vazios urbanos antes de aumentar o perímetro urbano. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Imposto progressivo para incentivar o uso devido do espaço vazio além de rever o uso dos espaços com políticas que facilitem a ocupação. 	



OFICINA 2 - USO DO SOLO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS – ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
ASPECTOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	GRUPO 5	
	<ol style="list-style-type: none">1) Fluxo de processos inadequado para fazer frente às demandas dos munícipes e do próprio executivo municipal;2) Falta de sistema de informação integrado com todas as secretarias para que os processos ocorram uniformemente e de forma cadenciada;3) Falta de planejamento que leva a fazer serviços corretivos (retrabalho);4) Legislação municipal e decretos regulamentadores desatualizados ou inadequados com a legislação federal e estadual; (lei da liberdade econômica x legislação tributária, de uso do solo, etc);5) Falta um canal único e adequado (intuitivo) de comunicação do administrado com a administração – atualmente são utilizados diversos meios que confundem e retardam o atendimento das demandas, além de não estabelecer um registro histórico oficial do que foi tratado/respondido.	<ol style="list-style-type: none">1) Organizar e descrever os fluxos corretamente de acordo cada secretaria e dos processos gerais que são afetos a todas as pastas;2) Contratar empresa que forneça um sistema que atenda todas as necessidades do executivo municipal – do início ao final dos processos;3) Com o gerenciamento das demandas será possível organizar os fluxos corretamente evitando retrabalho;4) Estabelecer um plano de trabalho para revisão da legislação municipal em conjunto com a câmara de vereadores – não confundir com o estudo e a aprovação do novo plano diretor;5) Definir somente um canal de comunicação para todas as demandas – setorizando corretamente por assunto e definindo cada responsável por cada setor.



OFICINA 3 - INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – EDUCAÇÃO E CULTURA E SEGURANÇA PÚBLICA

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
EDUCAÇÃO E CULTURA	GRUPO 1	
	<ol style="list-style-type: none">1) CMEI para atendimento da população do bairro Panorâmico e Loteamento Santos Dumont;2) Necessidade de ampliação de atendimento e possibilidade de atendimento em tempo integral dos alunos no bairro Belo Horizonte e bairro Ipê;3) Necessidade de melhoria nos espaços destinados às aulas de educação física;4) Necessidade de ampliação de novas salas de aula para atender ao aumento da população municipal (em quase todas as escolas municipais);5) Deficiência no atendimento para a descentralização da cultura nos bairros;6) Falta de espaços destinados a lazer e cultura nos bairros.	<ol style="list-style-type: none">1) Já está cadastrado no PAR (Plano de Ações articuladas do Governo Federal) um novo CMEI para atendimento no bairro Panorâmico e região e mais um CMEI no bairro Jardim Irene e região;2) Construção de uma nova escola municipal no bairro Belo Horizonte e no bairro Ipê;3) Construção de uma nova quadra de esportes na escola Plínio Tourinho (já há recurso previsto);4) Cadastrado módulos de educação infantil em várias escolas e também ampliações com recursos próprios;5) Ampliar o atendimento das oficinas culturais nos bairros;6) Criação e construção de espaços para oferecer lazer e cultura à população nos bairros;7) Além disso hoje construção de Educação Infantil no bairro Jardim Irene e região e ampliação da Escola Idalina e adequações da quadra da escola Semíramis.



	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
SEGURANÇA PÚBLICA	<ol style="list-style-type: none">1) Baixo efetivo forças policiais;2) Equipamentos deficitários;3) Muitos pontos com baixa luminosidade – arborização e ausência de iluminação;4) Não tem sistema de monitoramento que atenda as necessidades do município;5) Ocupações indevidas que criam locais com pessoas vivendo marginalizadas;6) Segurança do trânsito comprometida – alto índice de acidentes, principalmente envolvendo motociclistas.	<ol style="list-style-type: none">1) Aumento do efetivo das forças policiais;2) Substituição com melhoria dos equipamentos;3) Implantação das luminárias de led, realização de poda e promover um plano de arborização com vistas a atender também as questões pertinentes a segurança pública;4) Implantação de sistema de monitoramento -parceria público privada;5) Planejamento visando impedir invasões e conseqüente criação de locais com pessoas vivendo marginalizadas e mais propensas a ações criminosas; e paralelamente, desenvolver ações nos bairros mais simples da cidade levando estrutura e presença do estado;6) Atualizar o plano de mobilidade urbana, promover o aumento de campanhas de conscientização e fiscalização.



OFICINA 3 - INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – INFRAESTRUTURA VIÁRIA

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
INFRAESTRUTURA VIÁRIA	GRUPO 2	
	<ol style="list-style-type: none"> 1) Deslocamento para a área industrial (LAR, porção a leste); 2) Acessibilidade (Vias, construções, comércio e calçadas); 3) Excesso de carros e falta de estacionamento; 4) Invasão das vias rurais pelas plantações; 5) Não regulamentação das vias rurais; 6) Mobilidade de ciclistas; 7) Pontos de ônibus inadequados e sem acessibilidade; 8) Arborização inadequada (pé de manga); 9) Fiscalização desses problemas; 10) Foco de serviços no centro; 11) Passeios públicos em loteamentos novos mal executados; 12) Sistema viário de loteamentos; 13) Excesso de lombadas; 14) Segurança do pedestre; 15) Falta de sinalização viária (identificações); 16) Travessia de pedestres através da BR; 17) Localização da rodoviária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Expandir o perímetro urbano a leste até a LAR, abrir a rua João XXIII até a LAR/área industrial, aproveitando a ligação de esgoto que será implantada; 2) Criar um plano/programa de adaptação da acessibilidade existente, exigir a execução e trabalhar a conscientização dos proprietários/construtores (ação da ACIME); 3) Incentivar o transporte coletivo, ciclovias, caminhadas e implantar o estacionamento rotativo; 4) Trabalhar a faixa de domínio e faixa non-aedificandi das vias rurais; 5) Mapear e categorizar as estradas rurais; 6) Utilizar as diagonais para inserção de ciclovias criando uma conexão entre as áreas da cidade; 7) Adaptação e renovação dos pontos de ônibus e de suas localizações; 8) Elaborar o Plano de Arborização; 9) Aumentar a quantidade de fiscais no município; 10) Estimular a descentralização dos serviços e comércios (centralidades nos bairros); 11) Exigir do loteador a execução dos passeios; 12) Exigir a utilização de asfalto como pavimentação em novos loteamentos; 13) Instalação de radares em pontos da cidade; 14) Implantar faixas elevadas para pedestres em pontos estratégicos; 15) Instalar nova sinalização viária através de PPP (pagamento por parte das empresas em troca de anúncios nas placas); 16) Construção de passarela elevada (PPP); 17) Adaptação da atual rodoviária para um terminal urbano e nova rodoviária próximo ao acesso da cidade.



PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
GRUPO 3	
<ol style="list-style-type: none">1) Falta de estacionamento;2) Fluxo intenso e congestionamentos no viaduto da Av. Brasília (BR-277 / PR-495);3) Rodoviária (Local inadequado);4) Tráfego de veículos intenso, congestionamento na trincheira da Frimesa principalmente em horários de pico;5) Falta de conexão da UTFPR com o Parque Tecnológico (área industrial);6) Deficiência em passeios, arborização e ciclovia;7) Praças nos triângulos abandonadas;8) Falta de sinalização viária (ruas, bairros, equipamentos, etc.);9) Arborização inadequada;10) Estacionamento da Rua Minuano (caixa viária estreita, dificuldade de estacionamento).	<ol style="list-style-type: none">1) Implantação da Zona azul (estacionamento rotativo e elaboração e implantação do Plano de Mobilidade Urbana);2) Implantação do Anel viário;3) Prever instalação e realocação da rodoviária para local apropriado;4) Prever mão dupla entre o posto Capri e a Frimesa (alargamento de via);5) Criar novo acesso (conexão com ligação direta e ciclovia);6) Criação de projeto modelo com cartilhas explicativas (calçadas, arborização e ciclovias);7) Revitalização das praças triângulos nas diagonais com propostas de estacionamento e arborização;8) Instalação e adequação da sinalização viária (nome de vias, indicativa com nomes de bairro, paço, ...);9) Substituição de arborização por espécies adequadas conforme a necessidade observando instalações elétricas;10) Estudo e adequação da Rua Minuano para melhorar a circulação e estacionamento.



OFICINA 3 - INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO (ÁGUA)

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
ÁGUA	GRUPO 4	
	1) Falta de água distribuída.	1) Programa de recuperação de nascentes; 2) Programas de reúso de água (água cinza); 3) Mais exigências na licitação do serviço.
	GRUPO 5	
	1) Alta demanda, oferta deficitária e valor final da conta; 2) Pontos da cidade que mesmo no rodízio não são atendidos.	1) Preservação de matas ciliares; 2) Exigência de cisternas e reúso de água (projetos); 3) Campanha de uso racional de água (bônus para os que economizarem); 4) IPTU verde (redução no consumo de água, comprovado); 5) Projeto Sanepar (cronograma para atendimento da cidade com 106 mil habitantes – Política 2022).

OFICINA 3 - INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO (ESGOTO)

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
ESGOTO	GRUPO 4	
	1) Pouca rede de esgoto; 2) Baixa qualidade do esgoto tratado.	1) Aumentar a abrangência de atendimento; 2) Melhorar a ETE.
	GRUPO 5	
	1) Baixa cobertura; 2) Falta de estrutura da ETE; 3) Contaminação do lençol freático; 4) Falta de investimentos se comparado a demanda.	1) Análise do contrato com a Sanepar (SAE) e estudo de viabilidade para implantação de uma autarquia municipal; 2) Cobrança política (eleição 2022) 3) Planejamento visando 2030 atendimento de 100% (estimativa de 106 mil habitantes).

OFICINA 3 - INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO (DRENAGEM)

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
DRENAGEM	GRUPO 4	
	1) Alagamentos; 2) Enchentes (UTFPR, Posto Ipê, Rua Paraná, etc).	1) Implantar jardins drenantes nas avenidas, praças e calçadas largas; 2) Revitalização da rede de drenagem municipal (contínuo).
	GRUPO 5	
	1) Falta permeabilidade, passivo de loteamentos antigos (infra).	1) Estudo criterioso de permeabilidade e redefinição de índices urbanísticos (aumento da cobertura vegetal); 2) Recuperação do sistema de drenagem na cidade.



OFICINA 3 - INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO (RESÍDUOS SÓLIDOS)

	PROBLEMA / DEFICIÊNCIA	SOLUÇÃO / PROPOSTA
RESÍDUOS SÓLIDOS	GRUPO 4	
	1) Coleta de recicláveis; 2) Metodologia do sistema de coleta.	1) Melhoria no cronograma de coleta; 2) Implantação de programa de educação ambiental; 3) Aplicação da logística reversa no município; 4) Coleta de resíduos no meio rural; 5) Consórcio entre municípios.
	GRUPO 5	
	1) Sem incentivo à separação; 2) Aterro sanitário (local/ interferência/ obstáculo); 3) Coleta (Materiais sobrando não destinados); 4) Problemas com resíduos / destinação.	1) Novo marco civil – como se faz uso? (oportunidade 100/500); 2) Implantação de usina de reciclagem (separação – Regional/custo compartilhado); 3) Desativação do aterro em 2023 (02 anos) e alocação e novo local mais afastado; 4) Plano de incentivo para práticas de separação (selo); 5) Bônus para catadores, evitando os atravessadores. *Itaipu *12 empresas de reciclagem (organização/diretrizes/associação).

REFERÊNCIAS

COHAPAR. Companhia de Habitação do Paraná. **Prefeitura de Medianeira - Administração recebe equipe técnica da COHAPAR.** MEDIANEIRA, 2019. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/Noticia/PREFEITURA-DE-MEDIANEIRA-Administracao-recebe-equipe-tecnica-da-Cohapar>>. Acesso em jun. 2020.

DATAVIVA. Plataforma aberta de pesquisa. **Dados Gerais: Medianeira.** Medianeira, 2020. Disponível em: <http://dataviva.info/pt/location/5pr070104/wages?menu=new-api-jobs-industry-tree_map&url=rais%2Findustry_class%2Fjobs%3Fcount%3Destablishment%26year%3D2017%26id_ibge%3D4115804>. Acesso em jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico** - Dados da sinopse. Brasil, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico** – Estimativa populacional. Brasil, 2019.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico Município de Medianeira.** Medianeira: IPARDES, 2020.

MEDIANEIRA, Plano de Desenvolvimento Urbano e Rural (PDUR). Produto do Diagnóstico. Medianeira, 2007.

MEDIANEIRA. Lei Municipal nº 597, de 27 de dezembro de 2016 – **Dispõe sobre a Reestruturação Organizacional e Administrativa do Município de Medianeira, Estado do Paraná, e dá outras providências.** Medianeira, 2016. Disponível em: <https://www.camamedianeira.pr.gov.br/downloads/lo2016_597.pdf>. Acesso em jul. 2020

_____. **PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico.** DRZ Geotecnologia e Consultoria LTDA EPP, 2018.

_____. Lei Municipal nº 768, de 19 de dezembro de 2018 – **Altera os arts. 6º, §2º e art. 7º da Lei Municipal nº 145/2009 de 25 de novembro de 2009 - Altera os Valores da Tabela IX da Lei Municipal nº 051/98 de 17 de dezembro de 1998 – Código Tributário Municipal e dá outras providências.** Medianeira, 2018. Disponível em: <https://www.camamedianeira.pr.gov.br/downloads/lo2018_768.pdf>. Acesso em jun. 2020

_____. Prefeitura Municipal de Medianeira. **Informações Gerais.** Medianeira, 2019.

_____. Prefeitura Municipal de Medianeira. **Informações Gerais.** Medianeira, 2020.

MINEROPAR. Minerais do Paraná. S.A. **Projeto serviços geológicos e riquezas minerais - avaliação geológica, geotécnica e do potencial mineral para o planejamento territorial e urbano do município de Medianeira.** Relatório Final. Curitiba, 2004.



PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA; FJP - FUNDAÇÃO, JOÃO PINHEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. 2013. Disponível em:< http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/medianeira_pr>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ROMANINI, Anicoli. **Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS**. Passo Fundo: Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, 2007. 271 p.